



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL

Município: FRUTAL/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	7
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	36
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	36
VIII - CONCLUSÃO	37





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada - Eixo Pleno SMS de Frutal

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL

CPF/CNPJ: 10.428.106/0001-44

Município/UF: FRUTAL-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL

CPF/CNPJ: 10.428.106/0001-44

Município/UF: FRUTAL/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Integrada

Objeto: Controle, Avaliação e Auditoria

Abrangência: janeiro de 2024 a abril 2025.

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	05/03/2025	31/03/2025
Execução - In loco	01/04/2025	03/04/2025
Relatório	07/04/2025	07/05/2025

Tarefa Nº: 152404

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III

IV - INTRODUÇÃO

FATOR DESENCADEANTE

Trata-se de ação de Auditoria Programada em atendimento ao Plano Anual de Auditoria de 2025 que propõe a realização de auditoria nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, verificando o atendimento às responsabilidades sanitárias dispostas no Anexo III da Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30 de março de 2021, bem como nas demais normativas aplicáveis.

OBJETIVO E ESCOPO

Avaliar se o município de Frutal, que assumiu a gestão dos seus prestadores, está organizado quanto à implantação e operacionalização do Componente Municipal de Auditoria (CMA); implantação e operacionalização do Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA); estruturação legal do Fundo Municipal de Saúde (FMS); regularidade do processo de formalização de Contratos e Convênios com os prestadores assistenciais hospitalares localizados na sede do município auditado; e regularidade na apresentação dos Instrumentos de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Gestão do SUS. O período de abrangência desta auditoria é referente a janeiro/2024 a abril/2025.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA

O Município de Frutal, sede da Microrregião de Saúde Bipolar FRUTAL/ITURAMA, atende à população própria e referenciada de cinco dos onze Municípios que pertencem à Microrregião: Comendador Gomes, Fronteira, Itapagipe, Pirajuba e Planura. Situa-se na Mesorregião do Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, Estado de Minas Gerais, a 600,5 km de distância da capital Belo Horizonte e localiza-se na Macrorregião de Saúde Triângulo do Sul (PDR – SUS/MG 2019). Segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), sua população era de 58.588 habitantes, no ano de 2022, sendo esta população distribuída por uma área de 2.426,965 km² (IBGE 2023). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Frutal é de 0,730 (IBGE 2010). O Município de Frutal/MG assumiu a gestão dos seus prestadores, por meio da Portaria GM/MS nº 3061 de 24/06/1998, com efeitos financeiros a partir do mês de julho de 1998. Os atendimentos não existentes no Município são referenciados através da PPI - Pactuação Pactuada e Integrada para o Município de Uberaba. O Município possui vinte e uma unidades de saúde cadastradas sob gestão municipal e que constituem a rede pública de saúde, entre as quais se destaca a presença de: 15 Unidades Básicas de Saúde, 01 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), 01 Laboratório Municipal, 01 Policlínica, 01 Centro de Testagem Anônima, 01 Centro de Especialidade Odontológica. O Município possui um Hospital que atende pelo SUS: o Hospital Municipal Frei Gabriel CNPJ- 18.449.132/0001-60, CNES 2098539 (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, em 20/03/2025). Esse hospital é público mantido pelo ente municipal, e possui menos de 50 leitos operacionais. Assim, deve-se considerar que o município de Frutal está dispensado de atender as diretrizes de contratualização previstas na PRC nº 2/2017 em razão do disposto no art.2º, inciso I, do Anexo 2 do Anexo XXIV da Portaria de Consolidação nº 2/2017.

V - METODOLOGIA

A seleção e análise das temáticas da Auditoria Programada em municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, seguirá as seguintes diretrizes metodológicas:

Quanto ao Componente Municipal de Auditoria e ao Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação, será verificada a regularidade em relação a implantação e operacionalização dos serviços.

Quanto ao Fundo Municipal de Saúde não será contemplada a análise em relação aos recursos financeiros da contrapartida municipal, não sendo objeto de análise a verificação da regularidade das movimentações e a execução de despesas.

Quanto aos Contratos e Convênios não será contemplada a análise em relação aos processos licitatórios e contratos com prestadores não sediados no município auditado. A opção de legislação será determinada de acordo com a regência dos contratos firmados, conforme data de assinatura destes (Lei nº 14.133/2021 ou Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011).

Quanto aos Instrumentos de Gestão do SUS será verificada a formalização dos mesmos, sendo a análise restrita às formalidades de elaboração, registro/elaboração no Sistema DIGISUS e encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde e/ou Casa Legislativa. Não será contemplada a avaliação em relação à regularidade do conteúdo técnico e estrutural dos instrumentos, tampouco a compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário e financeiro do Município.

FASE ANALÍTICA

- Análise do processo principal desta auditoria - SEI nº 1320.01.0011530/2025-46.

- Análise do processo da pasta de papéis de trabalho desta auditoria - SEI 1320.01.0011533/2025-62.

- Verificação da Matriz de Planejamento de auditoria.

- Levantamento e estudo das legislações referentes ao município auditado e aos objetos de auditoria, principalmente, as que constam por critérios da Matriz de Planejamento de Auditoria.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Análise de relatórios extraídos do CNES, referentes ao Município de Frutal, acessados em 22/04/2025; - Análise de Relatórios da PPI assistencial do Município de Frutal, disponíveis no site: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consulta-ppi>.

- Análise do Relatório do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/Frutal -MG/2013; - Elaboração do cronograma de auditoria.

- Envio do Ofício SES/AUDSUS n.º 070/2025; Comunicação de Auditoria) e solicitação dos seguintes documentos ao Auditado:

Componente Municipal de Auditoria (CMA):

1. Ato legal de criação do Componente Municipal de Auditoria;
2. Regulamento e/ou protocolo de atuação do Componente Municipal de Auditoria;
3. Organograma da SMS;
4. Ato (s) de designação e/ou nomeação do (s) profissional (is) auditores;
5. Registros das ações realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios, Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros no período de janeiro/2024 a março/2025;
6. Inventário da estrutura (mobiliários e equipamentos) do setor de Auditoria;
7. Expedientes emitidos com o encaminhamento do relatório concedendo a oportunidade de manifestação do auditado frente o Relatório de Auditoria no período de janeiro/2024 a março/2025;
8. Expedientes emitidos com o encaminhamento de relatório/resultados de auditoria aos órgãos de controle interno e externo.

Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA):

9. Protocolos de Regulação do Acesso implantados no município;
10. Documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação, divulgação e capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso no período de janeiro/2024 a março/2025;
11. Documentos que comprovem a realização de capacitações permanentes relativas a assuntos específicos do SCRA, tais como: conceitos, funcionamento e atividades do SCRA; atribuições de cada membro da equipe; legislações que fundamentam o SCRA; protocolos de regulação; etc no período de janeiro/2024 a março/2025;
12. Documentos que comprovem a realização de capacitações permanentes para as equipes das unidades de saúde (Unidades Básicas de Saúde, Hospitais, Policlínicas, laboratórios, etc), em relação a assuntos específicos do SCRA, como por exemplo: organização, atribuições e ações específicas do SCRA; fluxo de acesso a consultas especializadas, exames, cirurgias eletivas (ambulatoriais e hospitalares); rede de Urgência e Emergência; processo de solicitação e encaminhamento de TFD; atualização e implantação de Protocolos de regulação, etc no período de janeiro/2024 a março/2025.
13. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponíveis no seu território para população própria, dos três meses selecionados como amostra (novembro e dezembro/2024; janeiro de 2025);
14. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponibilizados em outros municípios (municípios referenciados a outros municípios), dos três meses selecionados como amostra (novembro e dezembro/2024; janeiro de 2025);
15. Relatórios de contra referência e Relatórios de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), dos três meses selecionados como amostra (novembro e dezembro/2024; janeiro de 2025);
16. Lista de usuários referenciados por outros municípios, dos três meses selecionados como amostra (novembro e dezembro/2024; janeiro de 2025);
17. Controle das cotas dos procedimentos especializados que são disponibilizados à população de referência, por município de origem, dos três meses selecionados como amostra (novembro e dezembro/2024; janeiro de 2025);
18. Atas de reunião da CIB sobre revisão da Programação Pactuada Integrada (PPI) do município;
19. Relatórios de remanejamento da PPI do município, extraídos do GERASUS;
20. Documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI (controle de cotas, atas de reuniões da Referência Técnica do SCRA e SMS e outros documentos que comprovem a revisão periódica da PPI);
21. Lista de Autorizadores de Internações Hospitalares (AIH) e de Procedimentos Ambulatoriais (APAC), com os respectivos vínculos funcionais e nomes dos estabelecimentos os quais os mesmos são responsáveis pelas autorizações;
22. Documentos que demonstrem o vínculo do autorizador de AIH com a SMS, tais como: Contrato do profissional;
23. Ato de designação do(s) profissional(is) responsável(s) pela autorização de AIH e APAC;
24. Documentos que comprovem a formação dos profissionais autorizadores de AIH e APAC (diploma, declaração de conclusão de curso,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



registro em Conselho de Classe);

25. Espelhos de AIH das três últimas competências processadas;

26. Síntese de Produção de APAC de três competências processadas no período de abrangência da auditoria.

27. Ato formal de nomeação da(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização da(s) Unidade(s) Hospitalar(es) contratada(s) pelo município;

28. Publicação no Diário Oficial (ou equivalente) com a composição da(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização da(s) Unidade(s) Hospitalar(es) contratada(s) pelo município;

29. Documentação comprobatória das atividades desenvolvidas pela(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização da(s) Unidade(s) Hospitalar (es) contratada (s) pelo Município (atas, relatórios, planilhas e outros);

30. Ato formal de nomeação da Comissão Municipal Responsável pelo TFD ou de cada profissional para a função.

Fundo Municipal de Saúde (FMS):

31. Lei Municipal que cria o Fundo Municipal de Saúde;

32. Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos exercícios de 2024 e 2025;

33. Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD) do FMS dos exercícios de 2024 e 2025;

34. Relação das contas correntes do FMS (contendo a especificação de cada conta);

35. Contrato com o banco e/ou outro documento com a identificação da conta da contrapartida municipal (15%), informando qual o CNPJ, essa conta está vinculada (se ao CNPJ do FMS ou ao CNPJ da Prefeitura);

36. Extratos bancários da conta corrente de movimentação dos recursos da contrapartida municipal, dos três meses selecionados como amostra;

37. Ato Legal de nomeação do atual Gestor Municipal de Saúde;

38. Ato de designação do atual Gestor Municipal de Saúde como ordenador de despesa;

39. Documento que formalize a delegação da ordenação de despesa a subalternos do Gestor Municipal de Saúde dentro da SMS, tais como Portaria ou Deliberação e respectiva publicação oficial;

40. Contratos e/ou convênios vigentes, formalizados com os Prestadores Hospitalares (documentos referentes à contratualização da (s) unidade (s) hospitalar (es);

41. Processos licitatórios referentes aos contratos e/ou convênios formalizados com o (s) prestador (es) de serviço(s) hospitalar (es);

42. Ato (s) normativo(s) de designação da comissão de licitação referente (s) ao (s) processos licitatórios e aos contratos e/ou convênios formalizados com o (s) prestador (es) de serviço (s) hospitalar (es) e/ou Ato de designação do Agente de Contratação ou Comissão de contratação conforme requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 (Artigo 8º, § 1º, § 2º, § 3º).

Instrumentos de Gestão:

43. Plano Municipal de Saúde (PMS) 2022-2025;

44. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento do Plano Municipal de Saúde (PMS) 2022-2025 ao Conselho Municipal de Saúde (CMS);

45. Atas de reuniões do CMS de apreciação/aprovação do PMS;

46. Ato Legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) de aprovação do PMS, pelo CMS;

47. Programação Anual de Saúde (PAS) 2025;

48. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento da Programação Anual de Saúde (PAS) 2025 ao CMS;

49. Atas de reuniões do CMS de apreciação/aprovação da PAS 2025;

50. Ato legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) de aprovação da PAS 2025, pelo CMS;

51. Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2024;

52. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento do Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2024 ao CMS;

53. Atas de reuniões do CMS de apreciação do RAG 2024;

54. Ato legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) com parecer conclusivo sobre o RAG 2024 pelo CMS;

55. Três últimos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) elaborados no período de 2024/2025;

56. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento ao CMS dos três últimos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) elaborados no período de 2024/2025;

57. Atas de reuniões do CMS de apreciação dos três últimos RDQAs;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



58. Ofícios de encaminhamento dos três últimos RDQAs à Câmara de Vereadores;

59. Atas de reuniões da Câmara de Vereadores de apresentação dos três últimos RDQAs.

FASE OPERATIVA:

A auditoria na fase operativa, foi realizada no período de 01/04/2025 a 03/04/2025. A equipe de auditoras do ARAS de Uberaba e Patos de Minas (AUDSUS-SES/MG) apresentou-se na Secretaria Municipal de Saúde de Frutal às 08h00min do dia 01/04/2025.

Foi realizada a reunião de abertura da auditoria, visando explicar o objetivo dos trabalhos e conferir a documentação solicitada, por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 70/2025, de 25 de fevereiro de 2025 (Comunicado de Auditoria).

Referida reunião contou com a presença da equipe de auditoras; bem como da Sra. (G.P.N.B), Secretária de Saúde, e da Sra. (E.C.A), Diretora da Atenção à Saúde. As atividades da fase operativa ocorreram na sede da SMS de Frutal. Tais atividades consistiram na avaliação de documentos (sendo alguns copiados para análises posteriores); e na realização de entrevistas com profissionais da SMS. A reunião de encerramento da auditoria ocorreu na Secretaria Municipal de Saúde de Frutal, no dia 03/04/2025, às 15h40min e contou com a presença da equipe de auditoras e das servidoras da Secretaria Municipal (C.M.S) e (A.C.S.O.C).

LIMITAÇÃO:

A SMS Frutal não disponibilizou toda a documentação solicitada relacionada ao escopo dessa atividade de auditoria, o que trouxe limitações à investigação proposta inicialmente em seu objetivo. Não foram apresentados os seguintes documentos:

1. Ato Legal de criação do Componente Municipal de Auditoria; Regulamento e/ou protocolo de atuação do Componente Municipal de Auditoria; Organograma da SMS; Ato (s) de designação e/ou nomeação do (s) profissional (is) auditores; Registros das ações realizadas, incluindo relatórios de auditoria, relatórios, visitas, pareceres técnicos e/ou outros no período de janeiro/2024 a fevereiro/2025; Inventário da estrutura (mobiliários e equipamentos) do setor de Auditoria ;Protocolos de Regulação do Acesso implantados no município; Ato de designação dos profissionais responsáveis pela autorização de AIH e APAC ; Instrumento jurídico do Hospital Municipal Frei Gabriel - solicitados no Comunicado de Auditoria e não apresentados porque são inexistentes;

2. Ato de designação do atual Gestor Municipal de Saúde como ordenador de despesa; Documento que formalize a delegação da ordenação de despesa a subalternos do Gestor Municipal de Saúde dentro da SMS; Contratos vigentes formalizados com o Hospital Municipal Frei Gabriel; Processos licitatórios referentes aos Contratos formalizados com o prestador de serviço hospitalar - documentos solicitados no Comunicado de auditoria e durante a fase operativa e não apresentados.

VI - CONSTATAÇÕES

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 700459

Subgrupo: Estrutura

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Inexistência do Componente Municipal de Auditoria.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que Frutal não possui Componente Municipal de Auditoria (CMA) e que a Secretaria Municipal de Saúde não realiza nenhuma ação de auditoria. Não foi apresentado documentos que demonstrem a existência de um (CMA) devidamente formalizado, como: Organograma da SMS de Frutal, constando o (CMA); ato legal de criação do (CMA) e Regulamento Interno e/ou Protocolo de atuação do (CMA), contendo a especificação dos objetivos, das competências, das atividades e da composição da equipe de auditoria, assim como outros itens considerados importantes para o efetivo funcionamento do (CMA).

Em relação aos recursos físicos e materiais, verificou-se que a (SMS), não possui espaço de trabalho definido, infraestrutura de informática composta por computadores, acesso à internet e impressora, linha telefônica, além de meio



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de transporte para execução das atividades de auditoria.

Verificou-se que a (SMS) também não conta com equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria, não existindo ato (s) de designação e/ou nomeação de profissional (is) auditor (es). Além disso, não foram apresentados registros de ações de auditoria realizadas, como Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros que demonstrem a atuação efetiva do (CMA) no Sistema Municipal de Saúde de Frutal.

Tal fato está em desacordo com a Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; com o Decreto no 1.651/1995, Artigo 1º, Artigo 2º, Artigo 4º, Caput e §3º e Artigo 5º, Inciso III; com o Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3- Brasília/DF/MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28; com o Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pág. 35; com o Manual do Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH-SUS) - item 4.5, pág. 12 - MS/2017; aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; com o Acórdão no 1246/2017 - Plenário, do Tribunal de Contas da União - TCU - Data da Sessão: 14/6/2017 - Extraordinária, item 40, pág. 8; com o Modelo das três linhas do IIA 2020 - Uma atualização das três Linhas de Defesa e com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1 de 30/03/2021, Anexo III, Item 4.1"q" e "r".

Fonte da Evidência: Termo de informação da Sra. G.P.N.B., Secretária Municipal de Saúde de Frutal, de 01/04/2025.
Termo de Auditoria de 03/04/2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio de Ofício Nº 217/2025 SMS datado em 19/08/2025, a representante legal da pessoa jurídica notificada, Sra. G.P.N.B. enviou a seguinte manifestação: Informamos que, de fato, ainda não há ato legal formalizando a criação do referido Componente, tampouco regulamento interno consolidado. Cumpre esclarecer, contudo, que esta Secretaria já havia identificado a necessidade de auditoria em saúde e, para esse fim, instaurou o Processo Licitatório nº 242/2023, na modalidade Tomada de Preços nº 16, , cujo objeto consistia na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de auditoria médica por meio de análise documental presencial, bem como análise de glosas, aberto em 02 de fevereiro de 2024, às 14h30, estando disponível para consulta no Portal da Transparência do Município. Ressalte-se, entretanto, que não houve interessados habilitados, o que inviabilizou a contratação naquela oportunidade, ainda que a iniciativa demonstre a preocupação e a diligência da gestão municipal em atender à legislação e estruturar adequadamente a função de auditoria. Por meio de busca por informações sobre auditoria em nossa referência técnica, município de Uberaba/MG, recebemos informação de que seria necessário regulamentar o CMA em nosso município, diante dessa orientação, foram realizadas consultas junto à Procuradoria-Geral do Município, com o objetivo de certificar a existência de norma municipal regulamentando o CMA, sendo confirmado que não há existência de legislação específica, o que reforça a necessidade de edição de ato normativo próprio. Em fevereiro de 2025, por e-mail, a SES/MG nos encaminhou lei em vigor do município de Uberaba/MG, o que vem nos servindo de parâmetro para a elaboração da norma específica destinada a instituir o Componente Municipal de Auditoria em Frutal, contemplando seus objetivos, competências, composição e fluxos de atuação. Nesse sentido, encontra-se protocolado uma minuta de regulamentação própria deste Município, a qual ora se encaminha em anexo, a título de versão preliminar, a fim de demonstrar que o processo de conformidade já está em curso junto à Procuradoria Municipal para apreciação e prosseguimento do projeto. Assim, destacamos que as medidas administrativas necessárias já se encontram em andamento, evidenciando o compromisso desta gestão em sanar as inconformidades apontadas, observando os parâmetros legais e as diretrizes técnicas emanadas pelo Ministério da Saúde.

2- Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 323/2025, datado em 1º de agosto de 2025: a Sra. G. P. N.B., Pessoa Física, foi notificada e não houve manifestação.

3- A Sra. P.X.S.B., pessoa física notificada por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 324/2025, datado de 25/04/2025 justificou através do documento nominado Defesa ao Relatório Preliminar de Auditoria/Sistema Nacional de Auditoria do SUS Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, datado de 13/10/ 2025, no que tange a presente constatação informou que: Ao assumir a gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Frutal, em fevereiro de 2022, já havia em vigor um contrato de prestação de serviços com o médico auditor Dr. W.C. Entretanto, desde o início da pandemia de COVID-19, o referido profissional deixou de atuar presencialmente, tendo solicitado afastamento das atividades in loco por motivos de



saúde e em razão de sua idade avançada. Passou, então, a exercer suas funções de forma remota, limitando-se à execução de correções de glosas. Com o término da situação pandêmica, determinei o retorno das atividades presenciais como condição para a renovação contratual. Todavia, o médico se recusou a retomar o trabalho presencial. Diante dessa negativa, iniciou-se o processo de substituição do profissional e a busca por documentação que fundamentasse a formação de uma equipe de auditoria permanente. Realizamos tratativas com empresas especializadas na área, porém, em virtude dos altos valores apresentados para a execução do serviço, as negociações não obtiveram êxito. Assim, foi publicado o Edital nº 242/2023, cujo objeto consistia na contratação de pessoa física ou jurídica especializada na prestação de serviços de auditoria médica e análise documental, com execução presencial e análise de glosas, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, visando suprir, de forma imediata, a vacância deixada pelo auditor anterior. Dessa forma, o Dr. C.R.S., servidor efetivo do município, permaneceu desempenhando temporariamente as funções de auditor médico, com o objetivo de manter a continuidade da análise das glosas mensais e evitar prejuízos à produtividade, até que fosse possível regularizar a situação por meio de novo processo licitatório. Paralelamente, prosseguimos na busca por documentos e referências técnicas que embasassem a elaboração de um edital voltado à constituição de uma equipe completa de auditoria, incluindo a formação da Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) e a participação de médicos interessados. Apesar dos esforços, não houve êxito na captação de novos profissionais. Durante esse período, o Assessor de Assuntos Estratégicos e advogado da Secretaria Sr. Rubens permaneceu trabalhando na reformulação do Termo de Referência, de forma a contemplar não apenas o médico auditor, mas uma equipe multiprofissional de auditoria em saúde. Cumpre destacar que, à época, a servidora J. F. encontrava-se nomeada como cirurgiã-dentista auditora. No que se refere à estrutura física e de apoio, não havia ambiente exclusivo destinado ao serviço de auditoria. Entretanto, o profissional que atuava temporariamente utilizava, sempre que necessário, os equipamentos e infraestrutura da sala de regulação, que contava com computador, acesso à internet e telefone disponíveis. Ademais, a Secretaria dispunha de um veículo oficial modelo Onix, de uso exclusivo do órgão, o qual poderia ser requisitado para as atividades de auditoria sempre que necessário. Quanto aos profissionais envolvidos, reitera-se que o Dr. C. R. S. desempenharia temporariamente as atividades de auditoria médica até a conclusão do processo licitatório. Sua escolha ocorreu mediante contato com a então Superintendente de Saúde, Sra. A. M. B., ex-gestora do município, que confirmou o cadastro prévio do médico no sistema e sua experiência anterior na função. Assim, o profissional foi convidado a colaborar provisoriamente, visando evitar prejuízos administrativos e financeiros decorrentes de glosas hospitalares. Destaca-se, ainda, que, por tratar-se de atuação temporária, o referido servidor não foi formalmente nomeado para o cargo, motivo pelo qual não consta ato de nomeação nos registros administrativos. Por fim, quanto à ausência de relatórios, visitas e pareceres, esta decorre do fato de que, após a dispensa do primeiro médico auditor das atividades presenciais - e sua recusa em retomá-las -, as funções passaram a ser exercidas de forma parcial e temporária por outro profissional, até que fosse possível concluir a contratação regular. Assim, não foram emitidos relatórios formais de auditoria médica no período em questão, situação esta já em processo de regularização.

Análise da Justificativa: Em sua justificativa, o auditado reconhece a inexistência de ato legal formalizando a criação do referido Componente, assim como o regulamento interno consolidado, e que já havia identificado a necessidade de auditoria em saúde. Relata instauração de Processo Licitatório na tentativa de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de auditoria médica. A gestora anterior - P.X.S.B relata que havia contrato de prestação de serviços com o médico auditor Dr. W.C., e que posteriormente essa função de análise das glosas mensais foi assumida pelo Dr. C.R.S, servidor efetivo do município, até que fosse possível regularizar a situação por meio de novo processo licitatório.

Entretanto, as funções do Componente Municipal de Auditoria - CMA não devem ser confundidas com as funções de controle, regulação e avaliação realizadas pelos médicos autorizadores no âmbito da regulação.

O CMA faz parte do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA. E, no âmbito do SNA, auditoria do SUS é um instrumento de qualificação da gestão que visa fortalecer o SUS, com vista à garantia do acesso e à qualidade da atenção à saúde oferecida aos cidadãos.

A Secretária de Saúde anterior P.X.S.B. informou servidora J.F. foi nomeada, na época, como cirurgiã-dentista auditora, porém não apresentou documentação comprobatória referente a nomeação e atividades realizadas.

O auditado relata ainda não haver legislação municipal especifica regulamentando o CMA, destacando assim a necessidade de edição de ato normativo próprio. Encaminhou cópia de modelo de minuta de Decreto ou Lei sobre a Criação, Organização e o funcionamento do Componente Municipal de Auditoria do SUS no âmbito do



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



município de Frutal para análise da Procuradoria do município na data de 26/05/25, com o intuito de regularizar a não conformidade

Por fim a documentação apresentada não demonstra a correção efetivada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Recomendação: Implantar o Componente Municipal de Auditoria em Frutal -MG, contemplando:

- A inclusão do CMA no Organograma da SMS de Frutal; a elaboração de Regulamento Interno da Auditoria; a publicação de ato legal de criação do CMA, bem como a designação e/ou nomeação do(s) profissional(is) auditor(es).
- A disponibilização da infraestrutura necessária ao funcionamento do CMA (espaço de trabalho definido, infraestrutura de informática composta de computadores, acesso à internet e impressora, linha telefônica; além de meio de transporte para execução das atividades);
- A realização e o registro de ações de auditoria, por meio de Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros, conforme previsto na Lei no 8.689/1993, Artigo 6o, § 2o; no Decreto no 1.651/1995, Artigo 1º, Artigo 4º, caput e §3º; na Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349/2021, Anexo Único, Observação; no Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 - Brasília/DF MS/2014, Item: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pag. 28 e no Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Item 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pag. 35.
- Observar as orientações do Instrutivo para implementação do Componente Municipal de Auditoria do SUS da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, disponível no Portal da Saúde MG: <https://www.saude.mg.gov.br/wp-content/uploads/2025/08/Instrutivo-Implantacao-Auditoria-do-SUS-no-municipio.pdf>.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 700465

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Acesso/Atendimento à Demanda

Constatação: O Município não implantou protocolos de regulação de acesso.

Evidência: A Secretária Municipal de Saúde de Frutal Sra. G.P.N.B, cita no Ofício nº 67/2025/Frutal - MG; datado de 10/03/2025, a atualização e implantação de protocolos de regulação do acesso; porém não foi anexado ao ofício documentação referente a implantação do mesmo.

Não foram apresentados documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação, divulgação e capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso, bem como não foram apresentadas listas de espera para realização de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, organizadas com base na classificação de risco/prioridade prevista em Protocolo. Também não foram apresentados registros e/ou documentos que comprovem a utilização do protocolo.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Estando em desacordo com Resolução de Consolidação CIT Nº 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1, f.; Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo 4º, Inciso V, Artigo 10, Caput, Inciso VI, § 3º, Incisos II e III; Resolução SES/MG nº 8.340, de 21/09/2022, artigo 11; Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo 8º, § 1º, inciso IV; Guia de Governança e Gestão em Saúde, Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde -Secretarias de Saúde, pág.78, Item de Controle MAC 4.6.

Fonte da Evidência: Ofício n.67/2025/ SMS/Frutal - MG, datado de 10/03/2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio de Ofício Nº 226/2025 SMS datado de 29/08/2025, a representante legal da pessoa jurídica notificada, Sra. G.P.N.B enviou a seguinte manifestação:

Em atenção ao Relatório Preliminar de Auditoria nº SEI 1320.01.0011533/2025 - 46, realizado no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Frutal/MG, referente ao período auditado de janeiro de 2024 à fevereiro de 2025, vimos por meio deste apresentar nossas manifestações sobre os achados apontados.

Inicialmente, registramos nossos agradecimentos pela atuação da equipe auditora, cuja análise contribui de forma significativa para o fortalecimento da gestão e da transparência dos serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) neste Município. Esclareço que apesar de na época da auditoria não havia esta implantação da forma correto de regulação todos os agendamentos respeitavam os critérios de orientação de filas conforme preconiza as normativas de Regulação do Ministério da Saúde .

Desde a visita das auditoras em abril/2025 , quando tomamos ciência das falhas nos pontificamos a corrigi-las e não medimos esforços pra saná-las . algumas questões por não depender somente desta secretaria , estamos aguardando término dos procedimentos legais .

Diante disto reforço meu total empenho para que tudo seja regularizado dentro do que preceitua a legislação.

Cópia dos seguintes documentos compuseram a justificativa apresentada:Lei 6.901 de 07/08/2025 e Cópia do Procedimento Operacional Padrão(POP)002/Regulação/SMS Frutal/2025.

2- Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 323/2025, datado em 1º de agosto de 2025 a Sra. G. P. N.B., Pessoa Física, foi notificada e não houve manifestação.

3- A Sra. P.X.S.B., pessoa física notificada por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 324/2025, datado de 25/04/2025 justificou através do documento nominado Defesa ao Relatório Preliminar de Auditoria/Sistema Nacional de Auditoria do SUS Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, datado de 13/10/ 2025, no que tange a presente constatação argumentou que:

A criação e implantação dos protocolos de regulação de acesso foram iniciadas pelas diversas coordenadorias de regulação da Secretaria Municipal de Saúde.

Durante o período de três anos em que permaneci à frente da Pasta, quatro servidoras diferentes ocuparam o cargo de coordenadora de regulação. Todas empreenderam esforços para implantação dos referidos protocolos; contudo, as constantes mudanças de servidoras responsáveis inviabilizaram a conclusão do processo.

Registra-se que a servidora Sra. F.D.F. chegou a elaborar um protocolo de regulação, o qual permaneceu arquivado em pasta física no setor de regulação da Secretaria Municipal de Saúde. Durante a transição de governo, não havia servidor nomeado especificamente para essa função até o encerramento da minha gestão, razão pela qual é possível que os novos servidores não tenham localizado o referido material.

Análise da Justificativa: Foram analisados os seguintes documentos apresentados pela SMS/Frutal, relacionados á justificativa:

= Cópia da Lei 6.901 de 07/08/2025, que dispõe sobre a Instituição, Organização e Funcionamento do Serviço Municipal de Regulação em Saúde-SMRS/SMS Frutal, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Frutal, com a finalidade de regular a ordem de espera de pacientes que aguardam a realização de procedimentos



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ofertados pela rede pública; no art.2º da referida lei, são definidas as atribuições da SMS/Frutas/Regulação, dentre as quais estão a elaboração, atualização e divulgação de fluxos, protocolos clínicos e critérios de prioridades; porém não há referência sobre o protocolo de regulação de acesso.

= Cópia do Procedimento Operacional Padrão (POP) 002/Regulação/SMS Frutas/2025, com objetivo de padronizar o processo de regulação de consultas e exames no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Frutas. O POP foi elaborado pela Sra. A.R.V/Diretora de Regulação em 17/03/2025, revisado por E.C.A/Diretora de Atenção Primária em 17/03/2025 e aprovado pela secretária municipal de saúde Sra. G.P.N.B em 21/03/2025.

A SMS/Frutas não apresentou documentação referente a divulgação, discussão e capacitação dos servidores do SCRA municipal e dos profissionais das unidades de saúde relacionados ao POP elaborado.

Considerando a análise realizada, a equipe considera que foram apresentados pela SMS/Frutas, documentos aptos a demonstrarem parcialmente a correção da não conformidade verificada.

Na análise realizada referente a justificativa apresentada pela pessoa física notificada, Sra. P.X.S.B, a mesma relata que houve a elaboração do protocolo, porém o mesmo não foi implantado.

Por fim, analisando o conjunto das manifestação apresentada, a equipe acata parcialmente as justificativas apresentadas por considerar que não foram apresentados fatos e evidências documentais suficientes para demonstrar a correção da não conformidade detectada, e assim, afastá-la.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Recomendação: Implantar protocolos de regulação do acesso e ainda, adequar e orientar os fluxos da assistência para população própria e referenciada, considerando a demanda apresentada e a oferta de serviços pactuados, conforme PPI (Programação Pactuada Integrada).

Em conformidade com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1, f.; Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo 4º, Inciso V, Artigo 10, Caput, Inciso VI, § 3º, Incisos II e III; Resolução SES/MG nº 8.340, de 21/09/2022, artigo 11; Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo 8º, § 1º, inciso IV; Guia de Governança e Gestão em Saúde, Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde -Secretarias de Saúde, pag.78, Item de Controle MAC 4.6.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Grupo: Gestão do Trabalho e Educação em Saúde

Constatação Nº: 700466

Subgrupo: Educação em Saúde

Item: Implementação da Política Nacional de Educação Permanente

Constatação: O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Evidência: A Secretária Municipal de Saúde de Frutal Sra. G.P.N.B, informa, através de Ofício nº 67/2025 datado de 10/03/2025, que são realizadas capacitações permanentes relacionadas a temática do Serviço de Controle Avaliação e Regulação; porém não foram apresentados documentos relacionados as ações citadas (Cronograma de capacitações; - Materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros).

Não foram apresentados documentos que comprovem a realização de capacitações permanentes para as equipes das unidades de saúde (Unidades Básicas de Saúde, Hospitais, Policlínicas, laboratórios etc.), e em relação a assuntos específicos do SCRA, como por exemplo: organização, atribuições e ações específicas do SCRA; fluxo de acesso a consultas especializadas, exames, cirurgias eletivas (ambulatoriais e hospitalares); rede de Urgência e Emergência; processo de solicitação e encaminhamento de TFD; atualização e implantação de Protocolos de regulação, e outros.

Estando em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo 8º, § 1º, Inciso VII, Artigo 10, § 3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: Ofício nº 67/2025 datado de 10/03/2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1-A representante legal da pessoa jurídica notificada Sra. G.P.N.B apresentou cópia de documentos denominado UBS/Treinamentos.

A documentação apresentada não foi citada no Ofício nº 226/2025, datado de 29/08/2025; a mesma foi inseridas no SEI 1320.01.0011530/2025-46 sem referencial no ofício de justificativa.

2-Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 323/2025, datado em 1º de agosto de 2025: a Sra. G. P. N.B., Pessoa Física, foi notificada e não houve manifestação.

3- A Sra. P.X.S.B., pessoa física notificada por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 324/2025, datado de 25/04/2025 no que tange a presente constatação, não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: A documentação apresentada pela SMS/Frutal refere-se a temáticas relacionadas a Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual ,orientações sobre preenchimento de D.O e notificações compulsórias de Dengue, Covid e Influenza.

Não foram apresentados documentos que comprovem a realização de capacitações permanentes para as equipes das unidades de saúde (Unidades Básicas de Saúde, Hospitais, Policlínicas, laboratórios), em relação a assuntos específicos do SCRA, com temáticas voltadas para a sua organização , atribuições e ações específicas do SCRA, fluxo de acesso a consultas especializadas, exames, cirurgias eletivas (ambulatoriais e hospitalares), rede de Urgência e Emergência; processo de solicitação e encaminhamento de TFD e atualização e implantação de Protocolos de regulação de acesso.

Por fim, analisando o conjunto das manifestação apresentada, a equipe não acata as justificativas apresentadas por considerar que não foram apresentados fatos e evidências documentais suficientes para demonstrar a correção da não conformidade detectada, e assim, afastá-la.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Garantir que o Serviço de Controle Avaliação /SCRA estabeleça um planejamento de ações educacionais, voltados para realização de capacitações permanente das equipes das UBS, considerando ser as mesmas portas de entrada da população para acesso aos serviços especializados de média e alta complexidade, bem como manter documentação comprobatória dessa ação, tais como o planejamento anual das atividades, o cronograma de capacitações e comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), em consonância com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII; Anexo XXVI, Art. 10, §3º, Inciso II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Grupo: Gestão do Trabalho e Educação em Saúde

Constatação Nº: 700467

Subgrupo: Educação em Saúde

Item: Implementação da Política Nacional de Educação Permanente

Constatação: As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

Evidência: De acordo com informações prestadas pela Secretária Municipal de Saúde de Frutal (G.P.N.B); através do Ofício nº 67/2025 SMS/Frutal - MG datado de 10/03/2025, no Item relacionado a realizações de capacitações, os servidores servidores da equipe de regulação, controle e avaliação municipal, não foram citados.

A Secretaria não apresentou documentos que comprovem a realização de capacitações permanentes relativas a assuntos específicos do SCRA (conceitos, funcionamento e atividades do SCRA, atribuições de cada membro da equipe e legislações que fundamentam o SCRA, bem como não foram apresentados cronograma de capacitações, materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros.

Estando em desacordo com Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, Caput, Inciso V.

Fonte da Evidência: Ofício nº 67/2025, SMS Frutal - MG datado de 10/03/2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1-A representante legal da pessoa jurídica notificada Sra. G.P.N.B apresentou cópia de documentos denominado Educação Continuada.

A documentação apresentada não foi citada no Ofício nº 226/2025, datado de 29/08/2025; a mesma foi inseridas no SEI 1320.01.0011530/2025-46 sem referencial no ofício de justificativa.

2-Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 323/2025, datado em 1º de agosto de 2025: a Sra. G. P. N.B., Pessoa Física, foi notificada e não houve manifestação.

3- O Sra. P.X.S.B., pessoa física notificada por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 324/2025, datado de 25/04/2025 justificou através do documento nominado Defesa ao Relatório Preliminar de Auditoria/Sistema Nacional de Auditoria do SUS Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, datado de 13/10/ 2025, no que tange a presente constatação argumentou que:

No tocante às capacitações dos servidores da regulação, ressalta-se que estes recebiam treinamentos contínuos por meio da empresa NYX e Hórus, responsáveis pela implantação de sistemas, além de participarem de reuniões de alinhamento com a

Superintendência Regional de Saúde, referentes à implantação da Política Nacional de

Atenção Especializada, realizada em 23/07/2024, com lista de presença assinada via

formulário eletrônico (Google Forms) elaborado pela referida Superintendência. Cumpre destacar que as servidoras atuantes nos setores de agendamento, regulação e TFD já possuíam mais de 10 anos de experiência nessas funções, com pleno domínio das rotinas operacionais.

Análise da Justificativa: A documentação apresentada pela SMS/Frutal (LISTA DE PRESENÇA) refere-se a ações temáticas



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



relacionadas a Saúde do Trabalhador, Abril Verde, Orientações sobre Autismo, Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, Notificação e Abertura de CAT.

Não foram apresentados documentos que comprovem a realização de capacitações permanentes relativas a assuntos específicos do SCRA, tais como: conceitos, funcionamento e atividades do SCRA, atribuições de cada membro da equipe, legislações que fundamentam o SCRA, protocolos de regulação, cronograma de capacitações, materiais didáticos, lista de presença e certificados.

A pessoa física notificada, Sra. P.X.S.B não anexou documentação relacionada a justificativa apresentada.

Por fim, analisando o conjunto das manifestação apresentada, a equipe não acata as justificativas apresentadas por considerar que não foram apresentados fatos e evidências documentais suficientes para demonstrar a correção da não conformidade detectada, e assim, afastá-la.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Recomendação: Estabelecer um planejamento com foco na implementação efetiva voltada para Educação Permanente dos profissionais da saúde, visando fortalecer e qualificar a atuação da equipe técnica do Serviço de Regulação, Controle e Avaliação, bem como manter documentação comprobatória dessa ação, tais como o planejamento anual das atividades, o cronograma de capacitações e comprovantes da realização das mesmas . conforme Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 700468

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A SMS executa controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território, entretanto a regulação do acesso não é baseada em critérios técnicos.

Evidência: Através de Termo de Informação datado de 03/04/2025, a Diretora de Regulação A.R.V, informa que assumiu o Setor em 06/03/2025, sendo responsável pela coordenação da equipe das demandas apresentados pelos usuários. Apresentou relatório técnico de Procedimento Regulação de Consultas e exames, informando as atividades realizadas para controle de acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis.

Esclarece que o primeiro atendimento ocorre nas UBS de residência do usuário e que após avaliação, o médico identifica a necessidade de encaminhamentos para AAE/Atendimento Ambulatorial Especializado, registrando no Sistema e-SUS ou em formulário de encaminhamento a necessidade de atendimento especializado.

Os usuários são orientados a comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde e apresentarem os encaminhamentos no



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Setor de Regulação onde recebem uma senha de acordo com a ordem de chegada. Após receberem a senha é realizado o cadastro da demanda apresentada pelo usuário. A ordem de chegada do usuário determina o atendimento, onde o primeiro a chegar será o primeiro a ser atendido, de acordo com as agendas disponibilizadas pelos prestadores.

A responsável pelos agendamentos, Sra. D.C.S.L no período de 06/24 a 01/25, informa que não haviam critérios de priorização para realização dos agendamentos. Os mesmos eram realizados por ordem de chegada.

A SMS de Frutal, utiliza o Sistema HORUS/Sistema de Gestão/Sistema de Saúde Pública/Agendamentos que são utilizados para realização dos agendamentos de consultas, exames, procedimentos ambulatoriais, terapias e cirurgias.

De acordo com a agenda disponibilizada pelos prestadores e considerando a data do cadastro da demanda apresentada pelo usuário, o Sistema emite uma lista ordenada para a especialidade disponibilizada, sendo considerados para agendamentos os primeiros usuários da lista.

Os usuários são informados dos agendamentos pelo Setor de Regulação, orientados a comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde para receberem o comprovante do agendamento.

De acordo com Termo de Informação da servidora E.M.S, datado de 03/04/25 a mesma relata que é responsável pelos cadastros dos usuários no SUSFácil das demandas de cirurgias eletivas para autorização do médico autorizador Dr. E.L.M.A.

Foram analisadas pela equipe a documentação apresentada pela Secretária Municipal de Saúde referente ao controle de acesso da pop. própria aos serviços disponíveis, tais como: Cópia de planilhas relacionadas ao controle de cirurgias eletivas; lista com nomes de pacientes agendados, enviadas para o Hospital Frei Gabriel, via whatsapp; relatórios e agendas extraídos do Sistema, contendo consultas e exames agendados nas especialidades disponíveis e cópias de relatórios extraídos do e-SUS/Fila ordenada, extraídas em 03/04/2025.

Nas cópias dos relatórios e-sus apresentados constam registros relacionados ao agendamento, apresentando em campo específico o status de aguardando agendamento.

Apresentado pela SMS/Frutal, relatório de demanda reprimida com os seguintes registros: ortopedia 1375, oftalmologia 888, dermatologia 753, pequenas cirurgias 413, ecocardiograma 351 e holter 266.

A SMS Frutal operacionaliza controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território, entretanto não garante que a regulação seja realizada com base em critérios técnicos, visto que não possuem Protocolos de regulação de acesso e os atendimentos são agendados por ordem de chegada.

Estando em desacordo com Resolução de Consolidação CIT Nº 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1, e, f; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, § 3º, Inciso II. Guia de Governança e Gestão em Saúde, Tribunal de Contas da União. Brasília, 2018 - Prática MAC5 (5.2 e 5.4).

Fonte da Evidência: Relatório técnico / Regulação de Consultas e exames, datado de 03/04/2025.

Foto da página do Sistema HORUS/Sistema de Gestão/Sistema de Saúde Pública/Agendamentos de exames.

Cópias dos comprovantes de agendamentos.

Termo de Informação da servidora (E.M.S), datado de 03/04/2025.

Cópia de planilhas relacionadas ao controle de cirurgias eletivas.

Termo de Informação, datado de 03/04/2025, da Diretora de Regulação Sra. (A.R.V).

Lista com nomes de pacientes agendados, enviadas para o Hospital Frei Gabriel via whatsapp.

Termo de Informação, datado de 03/04/2025, da servidora D.C.S.L.

Cópias de relatórios, agendas, extraídos do Sistema Horus.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Cópias de relatórios extraídos e-SUS/Fila ordenada extraídas em 03/04/2025.

Cópia de relatório referente a demanda reprimida.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio de Ofício Nº 226/2025 SMS datado de 29/08/2025 a representante legal da pessoa jurídica notificada, Sra. G.P.N.B enviou a seguinte manifestação:

Em atenção ao Relatório Preliminar de Auditoria nº SEI 1320.01.0011533/2025 - 46, realizado no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Frutal/MG, referente ao período auditado de janeiro de 2024 à fevereiro de 2025, vimos por meio deste apresentar nossas manifestações sobre os achados apontados.

Inicialmente, registramos nossos agradecimentos pela atuação da equipe auditora, cuja análise contribui de forma significativa para o fortalecimento da gestão e da transparência dos serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) neste Município. Esclareço que apesar de na época da auditoria não havia esta implantação da forma correto de regulação todos os agendamentos respeitavam os critérios de orientação de filas conforme preconiza as normativas de Regulação do Ministério da Saúde .Desde a visita das auditoras em abril/2025 , quando tomamos ciência das falhas nos pontificamos a corrigi-las e não medimos esforços pra saná-las . algumas questões por não depender somente desta secretaria , estamos aguardando término dos procedimentos legais .Diante disto reforço meu total empenho para que tudo seja regularizado dentro do que preceitua a legislação.

2-Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 323/2025, datado em 1º de agosto de 2025: a Sra. G. P. N.B., Pessoa Física, foi notificada e não houve manifestação.

3- A Sra. P.X.S.B., pessoa física notificada por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 324/2025, datado de 25/04/2025 justificou através do documento nominado Defesa ao Relatório Preliminar de Auditoria/Sistema Nacional de Auditoria do SUS Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, datado de 13/10/ 2025, no que tange a presente constatação argumentou que:Quando assumi a gestão, as listas de espera eram mantidas em cadernos físicos, seguindo a ordem de chegada dos pacientes, prática adotada há vários anos. Buscando aprimorar o processo, implantamos um sistema de controle eletrônico, por meio de planilha online (Excel) com link de acesso compartilhado entre os servidores da regulação. Nessa planilha, os atendimentos eram organizados e atualizados conforme a execução dos agendamentos. Nos casos em que o pedido médico continha a observação URGENTE, o encaminhamento era direcionado à coordenação de regulação, que acionava o médico regulador para avaliar a urgência e classificar o caso. Para os demais pacientes, manteve-se o critério de ordem cronológica de solicitação.

Quanto ao Tratamento Fora de Domicílio (TFD), a servidora F. M., responsável pelos agendamentos e pela participação nas reuniões de distribuição de vagas, mantinha uma planilha de controle contendo todos os pacientes encaminhados. Após as reuniões de Microrregião, nas quais as vagas eram distribuídas, as informações eram reportadas ao médico regulador, que definia a destinação dos pacientes. Em seguida, a servidora realizava a inserção dos dados no sistema SIGRES e monitorava os

agendamentos. No caso das cirurgias eletivas, a servidora E.M. era responsável pela inserção dos pacientes no sistema SUSFácil, com vistas à autorização dos procedimentos cirúrgicos.

Após diversas tentativas de aprimorar o serviço de regulação com base em classificação de risco e interligação dos sistemas PEC e Hórus, sem sucesso, iniciamos, em meados de 2024, tratativas com a empresa NYX, especializada em assessoria de sistemas do e-SUS, para a implantação do módulo e-SUS Regulação e integração com o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) e o sistema de agendamento de consultas (Anexos 9 e 10).

A empresa procedeu à importação dos dados, iniciou o treinamento da equipe de regulação e programou o treinamento dos médicos solicitantes de consultas e exames especializados. O novo sistema previa classificação de risco automática, baseada nas informações do prontuário e nos dados cadastrais qualificados do e-SUS.Quando deixei a gestão, em 31/12/2024, o processo de implantação encontrava-se em andamento, conforme registrado na transição administrativa, sendo reforçada sua importância para a continuidade do serviço. Posteriormente, conforme informações recebidas, a empresa NYX solicitou a manutenção apenas da Atenção Primária, descontinuando temporariamente o módulo da Atenção Especializada.

Ressalta-se, ainda, que as reuniões periódicas com as coordenações de serviços de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



saúde incluíam pautas relacionadas ao serviço de regulação, cujas atas encontram-se sob responsabilidade das coordenações da Atenção Básica, Diretoria de Vigilância em Saúde e Referência Técnica da Atenção Especializada.

Análise da Justificativa: A regulação de acesso abrange as ações que organizam, acompanham e controlam o acesso dos usuários às ações e aos serviços de saúde, e ainda, é considerada o elo entre a demanda dos usuários e a oferta de serviços de saúde; é uma função essencial da gestão, para que o SUS possa proporcionar acesso oportuno e equânime, cuidado integral, resolutivo e qualificado ao usuário, e a transparência dos processos e das informações.

As ações para que o processo de regulação aconteça, possuem como base, dentre outros critérios, as análises de informações sobre necessidades em saúde, demanda e a oferta de serviços; elaboração e implementação de protocolos clínicos e de acesso, definição de critérios de encaminhamentos, fluxos e classificações de risco e prioridades; estabelecimento de referências entre unidades de diferentes níveis de atenção ou de um mesmo nível de atenção, de acordo com fluxos pré-estabelecidos e validados; comunicação e vinculação entre equipes das Redes de Atenção à Saúde (RAS), promovendo o cuidado compartilhado entre equipes; gerenciamento dos recursos assistenciais, incluindo a gestão da oferta de leitos, consultas, exames e procedimentos especializados;

As documentações apresentadas pela SMS/Frutas (Lei 6.901/2025, POP 002/Regulação/SMS/Frutas, Print de conversas por WhatsApp referente ao uso de sistema eletrônico NYX de regulação; cópia de sistema e-SUS/Captção de telas; cópia de memo SMS/215/2025-Envia Planilhas para atualização de Cadastro de pacientes/demanda reprimida/UBS; cópia de ata referente a realização de reunião online/Regulação/Validação de filas de espera) demonstram ações parciais e fragmentadas voltadas para que a regulação do acesso aconteça a partir de critérios técnicos, operacionais e assistenciais.

A justificativa apresentada pela pessoa física notificada, Sra. P.X.S.B, demonstra em sua narrativa, que no período relacionado à sua gestão, as ações voltadas para o controle de acesso dos usuários do SUS aos serviços disponíveis em seu município, não ocorreram com base em critérios técnicos.

Os anexos citados na justificativa, foram respectivamente: Anexo 09-Ofício SMS/Frutas n.0103/2024 datado de 09/07/2024/Solicitação de ampliação de Sistema Regulação enviado para a Empresa NYX e o Anexo 10, Ofício NYX nº 024/2024, datado de 15/07/2024/ Solicitação de ampliação de Sistema Regulação.

Por fim, analisando o conjunto das manifestação apresentada, a equipe não acata as justificativas apresentadas por considerar que não foram apresentados fatos e evidências documentais suficientes para demonstrar a correção da não conformidade detectada, e assim, afastá-la.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Recomendação: Controlar o acesso da população própria aos serviços disponíveis em seu território a partir da elaboração e implementação de protocolos de regulação do acesso, definição de critérios de encaminhamentos, fluxos assistenciais, classificações de riscos e prioridades, em conformidade com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1, e,f; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, § 3º, Inciso II. Guia de Governança e Gestão em Saúde, Tribunal de Contas da União. Brasília, 2018 - Prática MAC5 (5.2 e 5.4).

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL

10.428.106/0001-44

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 700469

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde controla a referência de seus municípios a ser realizada em outros municípios.

Evidência: A SMS/Frutar, apresentou relatório técnico denominado Procedimento de Regulação da Micro Frutar/Iturama de consultas e exames elaborado em 02/04/2025, pela Sra. F.M.P.M, servidora responsável pelo serviço Municipal de Tratamento Fora de Domicílio, informando as atividades realizadas e relacionadas ao controle de acesso a serviços pactuados em outros municípios.

De acordo com o relatório elaborado pela servidora responsável pelo TFD municipal, os usuários são encaminhados das unidades solicitantes para a Secretaria Municipal de Saúde/Setor de TFD, para que o Setor de TFD viabilize o encaminhamento dos usuários para realização dos procedimentos especializados, não disponíveis na rede assistencial do município de Frutar.

Após a realização do cadastro do usuário na guia de solicitação, a mesma é enviada para análise e autorização do médico regulador municipal. Os usuários são encaminhados para os municípios de Uberaba, Barretos, Uberlândia, Araguari, Belo Horizonte, Brasília, Ribeirão Preto, Rio Preto, São Paulo e Patos de Minas.

O setor de Regulação/TFD de Frutar, utiliza os Sistemas SISREG e GPLI disponibilizados e utilizados pelo município de Uberaba para agendamentos Ambulatoriais e Hospitalares. Os Sistemas utilizados apresentam funcionalidades de cadastro dos pacientes e acompanhamento das demandas solicitadas em Uberaba.

Informado através de Termo de Informação da servidora E.M.S, datado de 03/04/2025, que é responsável pelo cadastro das solicitações de cirurgias eletivas no SISreg para realização em Uberaba. Os agendamentos são confirmados por emails.

A responsável pelo setor de TFD informa que a divisão das quantidades de procedimentos disponíveis para a Micro de Frutar, é feita através de reuniões presenciais, após validação das planilhas com a quantidade disponibilizada de procedimentos; ocasião em que o usuário é informado do agendamento e a Secretaria Municipal de Saúde providencia o transporte.

A equipe de auditoras verificou as documentações apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Frutar, relacionadas ao controle das referências de seus municípios para outros municípios tais como: Cópias de planilhas demonstrativas referentes a divisão das quantidades de procedimentos disponibilizados pelo Hospital Escola de Uberaba e do Hospital Mário Palmério; dos meses de novembro, dezembro de 2024, e janeiro de 2025; planilhas contendo informações relacionados as especialidades, datas de agendamentos, horários de atendimentos e nomes dos médicos especialistas, cópias de relatórios extraídos do SISREG, contendo informações da Unidade solicitante, dos pacientes, das solicitações, laudos técnicos e justificativas das internações dos meses de novembro e dezembro de 2024, e janeiro de 2025. Cópia de e-mail /gestão de leitos, referente a confirmação de realização de procedimento agendado; datado de 03/01/2025; lista com demanda reprimida elaborada pelo setor de TFD. Os procedimentos que apresentaram maiores frequências foram: Cataratas (400), neurologia (424), reumatologia (211), oftalmologia (149) e ginecologia (128).

Estando de acordo com Resolução de Consolidação CIT Nº 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1. g. Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, § 3º, IV.

Fonte da Evidência: Relatório técnico/Procedimento de Regulação da Micro Frutar/Iturama de Consultas e Exames; elaborado em 02/04/2025, pela Sra. (F.M.P.M).

Foto das páginas dos Sistemas SISREG e GPLI.



Termo de Informação de (E.M.S), datado de 03/04/2025.

Cópias de planilhas demonstrativas referentes a divisão das quantidades de procedimentos disponibilizados pelo Hospital Escola de Uberaba e Hospital Mário Palmério; dos meses de novembro e dezembro de 2024, e janeiro de 2025.

Cópia das planilhas do Hospital Escola de Uberaba e Hospital Mário Palmério; com registros das especialidades, datas de agendamentos, horários e nomes dos profissionais, dos meses de novembro e dezembro de 2024, e janeiro de 2025.

Cópias de relatórios extraídos no SISREG dos meses de novembro, dezembro de 2024, e janeiro de 2025.

Cópia de e-mail /gestão de leitos, referente a confirmação de realização de procedimento datado de 03/01/2025.

Lista com demanda reprimida do Setor de TFD.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 700470

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: A Diretora de Regulação da SMS/Frutas, Sra. A.R.V, apresentou relatório técnico denominado de Procedimento Regulação de Consultas e exames, datado de 03/04/2025 informando que as atividades relacionadas ao controle do acesso da população referenciada aos serviços de saúde disponíveis em Frutas e termo de informação datado de 03/04/2025 informando que realiza a coordenação da PPI/Programação Pactuada Integrada dos municípios que possuem pactuação com Frutas.

Apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde de Frutas, cópia do relatório da Programação Pactuada Integrada/SES/MG - Diretoria de Programação Pactuada Integrada (DPPI) do Município de Frutas contendo informações referentes as pactuações realizadas para atendimento da população própria e referenciada.

Os municípios atendidos na Rede Assistencial de Frutas, são: Fronteira, Planura, Iturama, São Francisco de Sales, Limeira do Oeste, Pirajuba, Conceição das Alagoas, Comendador Gomes, Carneirinho e União de Minas.

Relata que as demandas apresentadas referentes aos agendamentos de procedimentos pactuados, são encaminhadas mensalmente através de malotes, baseados na pactuação. Os agendamentos realizados são informados aos municípios de origem dos pacientes através do grupo de whatsapp/Regulação Municípios; sendo que os municípios são orientados a buscar os malotes com a documentação dos agendamentos efetivados e as solicitações não atendidas são encaminhadas para agendamentos no mês seguinte. Os agendamentos são monitorados através de planilhas.

A equipe de auditoras analisou a documentação apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de Frutas, com registros relacionados aos atendimentos realizados dos municípios pactuados tais como: Planilhas com descrição das especialidades disponibilizadas para os municípios pactuados e quantidade de procedimentos ofertados nos meses de novembro, dezembro de 2024, e janeiro de 2025; Planilhas de protocolo de correspondência, dos municípios de Planura, Fronteira, Limeira do Oeste, São Francisco de Sales, União de Minas, Pirajuba, Itapagipe, Iturama e Carneirinho; contendo nomes dos pacientes, especialidades disponíveis e data do agendamento; Cópias de planilhas relacionadas a cirurgias eletivas ofertadas, contendo o nome dos pacientes, cidade de origem (Pirajuba e Planura) e nome do procedimento solicitado; Cópia de protocolo de correspondência, contendo dados do agendamento dos paciente do Município de Fronteira e Planura; Planilha demonstrativa, referente a produção hospitalar de municípios pactuados e atendidos em Frutas no período de novembro e dezembro de 2024; sendo: Carneirinho (04), Comendador Gomes (08), Fronteira (23), Itapagipe (19), Iturama (01), Pirajuba (15) e Planura (27).

Estando de acordo com Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, § 3º, V. Portaria de Consolidação nº 1,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de 28/09/2017, Título I, artigo 3º.

Fonte da Evidência: Relatório técnico - Procedimento Regulação de Consultas e exames, datado de 03/04/2025.

Planilhas com descrição das especialidades disponibilizadas para os municípios pactuados dos meses de novembro, dezembro de 2024, e janeiro de 2025.

Planilhas de protocolo de correspondência, dos Municípios de Planura, Fronteira, Limeira do Oeste, São Francisco de Sales, União de Minas, Pirajuba, Itapagipe, Iturama e Carneirinho; dos meses de novembro, dezembro de 2024, e janeiro de 2025.

Cópias de planilhas relacionadas a cirurgias eletivas ofertadas aos Municípios de Pirajuba e Planura.

Cópias de protocolos de agendamentos realizados para os Municípios de Fronteira e Planura.

Planilha demonstrativa, referente a produção hospitalar de municípios pactuados e atendidos em Frutal no período de novembro e dezembro de 2024.

Termo de Informação Sra. (A.R.V), datado de 03/04/2025.

Cópia de relatório da Programação Pactuada Integrada/SES/MG - Diretoria de Programação Pactuada Integrada (DPPI) do Município de Frutal.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 700471

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS não participa da elaboração e revisão periódica da PPI.

Evidência: Solicitado pela coordenadora da auditoria através de e-mail enviado no dia 14/04/2025 à SRS/Uberaba/Referência Técnica/CRE- Sra. M.N.C, cópias das atas de reuniões da CIB referente as revisões da Programação Pactuada Integrada (PPI) do município de Frutal no período de janeiro/2024 a março de 2025 e ainda as últimas três atas de participação do município de Frutal, em reuniões da CIB no período de janeiro/2024 a março/2025.

Em resposta a solicitação, através de email datado de 14/04/2025, a referência técnica da SRS/Uberaba, Sra. M.N.C, informa que: não houve nenhum remanejamento/revisão de PPI para a Secretaria Municipal de Saúde de Frutal no período de janeiro/2024 a março/2025, não justificando, assim, o envio das atas das reuniões de CIB.

O gestor não apresentou documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI(controle de cotas e outros documentos que comprovem a revisão periódica da PPI), no período de janeiro de 2024 a fevereiro de 2025, conforme solicitado através Ofício SES/GAB-AUDSUS n 70/2025, itens 18, 19, e 20.

Estando em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, § 3º, X.

Fonte da Evidência: Cópia de email datado de 14/04/2025, enviado à SRS/Uberaba/Referência Técnica/CRE- Sra. M.N.C;
Termo de Auditoria datado de 03/04/2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1-O representante legal da pessoa jurídica notificada, Sra. G.P.N.B, não se manifestou.

2-Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 323/2025, datado em 1º de agosto de 2025: a Sra. G. P. N.B., Pessoa Física, foi notificada e não houve manifestação.

3- O Sra. P.X.S.B., pessoa física notificada por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 324/2025, datado de 25/04/2025 justificou através do documento nominado Defesa ao Relatório Preliminar de Auditoria/Sistema Nacional de Auditoria do SUS Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, datado de 13/10/ 2025, no que tange a presente constatação informou que: houveram diversas pactuações formais apresentadas em Comissões Intergestores Bipartites (CIB), a exemplo das seguintes:

- PPI de Cirurgias Eletivas, logo no início da gestão (2022);

- PPI da Rede de Oftalmologia;

- PPI do Programa Miguilim; dentre outras que podem ser confirmadas junto à Superintendência Regional de Saúde, por



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



meio das servidoras L. ou S. Durante toda a minha gestão, participei ativamente das reuniões de CIB e COSEMS, exercendo inclusive a função de 3ª Secretária do COSEMS Regional. Dessa forma, causa-me estranheza a ausência de registros de pactuações do Município de Frutal nas atas das reuniões da CIB. (Encaminho cópia de ata referente à reunião da Microrregião de Frutal, que tratou da organização e remanejamento das cirurgias eletivas anexo 11, documento também arquivado na SMS com assinaturas dos representantes dos municípios pactuados, servidores do Hospital Frei Gabriel e da Secretaria Municipal de Saúde.)

Análise da Justificativa: A PPI(Programação Pactuada Integrada), tem por objetivo organizar a rede de serviços, dando transparência aos fluxos estabelecidos e definir, a partir de critérios e parâmetros pactuados, os limites financeiros destinados à assistência da população própria e das referências recebidas de outros municípios. Define a programação das ações de saúde em cada território e norteia a alocação dos recursos financeiros da média e alta complexidade.

Considerando a justificativa apresentada pela Sra. P.X.S.B, pessoa física notificada, na qual informou as participações em reuniões de CIB Macrorregional e CIB Microrregional, foram verificadas pela equipe de auditores, cópias das atas de reuniões e listas de presenças das reuniões ocorridas no ano de 2024. Constatam assinaturas da Sra.P.X.S.B, nas listas de presenças dos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2024. As cópias das atas e listas de presenças foram solicitadas pela equipe à SRS/Uberaba.

Apresentado ainda, cópia da ata datada de 22/06/2024, cuja pauta foi a discussão relacionada a estruturação das filas de cirurgias eletivas com a participação de representantes dos municípios de Frutal, Planura, Pirajuba, Itapagipe, Fronteira, Comendador Gomes, representante da Secretária Municipal de Saúde Sra.P.X.S.B e presidente adjunta da Fundação Frei Gabriel .

A documentação apresentada pela Sra. P.X.S.B, evidenciam sua participação nas reuniões da Comissões Intergestores Bipartites(CIBs), conforme informado.

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, a equipe acata a manifestação apresentada pela pessoa física notificada Sra. P.X.S.B; porém acata parcialmente a justificativa por considerar que não foram apresentados pela SMS/Frutal fatos e evidências documentais para demonstrar a correção da não conformidade detectada, e assim, afastá-la.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10 428.106/0001-44

Recomendação: Participar da elaboração e revisão periódica da PPI(programação pactuada e integrada) intermunicipal considerando que a mesma é um instrumento de planejamento físico orçamentário dos serviços de saúde de média e alta complexidade permitindo o controle e gestão dos recursos do teto MAC, de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 02/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, X.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 700472

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: A SMS não cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS em relação ao profissional autorizador de AIH.

Evidência: A Secretaria Municipal de Frutal possui um profissional médico, o Sr. E.L.M.A, responsável pela autorização de AIHs da Fundação Hospital Municipal Frei Gabriel. Foi apresentada a cópia do CRM - SP nº **970/SP do profissional, bem como o Termo de posse em 02/06/2002, como médico clínico geral, com vínculo empregatício estatutário efetivo pela Prefeitura Municipal de Frutal.

Em consulta a uma amostra dos espelhos das AIH do Hospital Municipal Frei Gabriel, dos meses dezembro/2024, janeiro e fevereiro/2025, verificou-se o registro do número do CNS do Sr. E.L.M.A como autorizador em todos os espelhos de AIHs. O profissional está com cadastro ativo, com login e senha como autorizador de AIH, conforme registros verificados no SUSFACIL.

Entretanto, em consulta ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) - Módulo Profissional, em 22/04/2025, por meio do Cartão Nacional de Saúde (CNS) nº***6096436610 ***, verificou-se registros de cadastro do médico E.L.M.A, como médico cirurgião geral e clínico geral vinculado ao Hospital Municipal Frei Gabriel como prestador pessoa jurídica (autônomo); e atendimento a pacientes SUS (54hs/ semanal hospitalar e 28hs/semanal em ambulatório). Em declaração o mesmo confirma que presta atendimento em plantões fixos semanais, no mesmo Hospital onde é o único autorizador de AIH do SUS.

Não foi apresentado ato normativo de nomeação formal do Autorizador de AIH do Município. Em declaração, a Secretária Municipal de Saúde, Sra. G.P.N.B, confirma que o médico E.L.M.A. executa a função de Autorizador de AIH sem designação formalizada.

Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão janeiro/2017 - Itens 4.3 e 4.5 - Aprovado pela Portaria GM/MS no 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Fonte da Evidência: Consulta extraída do site do CRM-MG, em 22/04/25, em busca por médico, referente ao Sr. (E.L.M.A), CRM nº**970-SP transferido para CRM 23956 MG.

Termo de posse do Sr. E.L.M.A, de 02/06/2002, como médico clínico geral, com vínculo empregatício estatutário efetivo pela Prefeitura Municipal de Frutal.

Termo de informação do Sr. (E.L.M.A), em 01/04/2025.

Termo de informação da Sra. (G.P.N.B), Secretária Municipal de Saúde de Frutal; em 01/04/2025.

Consulta no www.susfacil.mg.gov.br; em 22/04/2025.

Relatório do CNES - Módulo Profissional, consulta em 22/04/2025.

Espelhos de AIHs do período de dezembro/2024, janeiro a fevereiro de 2025, do Hospital Frei Gabriel.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio de Ofício Nº 218/2025 SMS datado em 19/08/2025, a representante legal da pessoa jurídica notificada, Sra. G.P.N.B enviou a seguinte manifestação: referente ao profissional autorizador de AIH, a Secretaria Municipal de Saúde de Frutal/MG reconhece que, até o momento da auditoria, não havia sido expedido ato formal de designação para o exercício dessa função, embora o médico atuasse como autorizador regularmente no sistema SUSFácil e possuísse vínculo efetivo com esta municipalidade. Esclarecemos que tal situação decorreu de entendimento administrativo de que a posse como médico estatutário e a designação funcional interna eram suficientes para legitimar o exercício da função, não havendo, portanto, má-fé ou prejuízo à execução do serviço. Informamos que foi determinada a cessão do servidor Dr. E.L.M.A. à



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fundação Frei Gabriel," conforme termo de cessão assinado e protocolado junto ao Setor de RH do Município, designando-o autorizador de AIH. Foi requerido à Fundação Frei Gabriel a elaboração e implantação de Procedimento Operacional Padrão (POP) para a atividade de autorização de AIH, com previsão de impedimentos e critérios de escolha do profissional. Com essas medidas, entendemos sanar a não conformidade apontada e prevenir a reincidência, assegurando a observância dos preceitos legais e normativos do SUS.

2- Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 323/2025, datado em 1º de agosto de 2025: a Sra. G. P. N.B., Pessoa Física, foi notificada e não houve manifestação.

3- A Sra. P.X.S.B., pessoa física notificada por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 324/2025, datado de 25/04/2025 justificou através do documento nominado Defesa ao Relatório Preliminar de Auditoria/Sistema Nacional de Auditoria do SUS Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, datado de 13/10/ 2025, no que tange a presente constatação informou que: No que se refere à atuação do Dr. E.M.A., médico autorizador das AIHs do Hospital Frei Gabriel, esclareço que o referido profissional atua nessa função há vários anos, inclusive antes do início da minha gestão. Por ser médico efetivo do município e desempenhar o serviço com responsabilidade e eficiência, optou-se por mantê-lo na função, de forma a não comprometer a continuidade das autorizações hospitalares. Em 2023, foi solicitado ao setor de Procuradoria do Município o termo de cessão do referido médico à instituição Hospital Frei Gabriel, contudo não houve retorno formal. Assim, para evitar prejuízos assistenciais, o profissional foi mantido na função até a devida formalização.

Análise da Justificativa: Em sua manifestação o auditado confirma o achado não conforme referente a ausência de ato formal de designação para o médico autorizador de AIH. Além disso apresenta o Termo de Cessão do servidor público nº001/2025, por tempo indeterminado do médico autorizador E.L.M.A., junto ao Setor de Regulação da Fundação Hospital Frei Gabriel, onde ela fica responsável pela lotação, folha de ponto e gestão das atividades do médico.

Essa medida de correção da não inconformidade é equivocada, pois o médico autorizador de AIH do SUS deve ser vinculado ao Gestor Municipal/SMS que é responsável pelo controle, acompanhamento e gestão do fluxo financeiro das internações hospitalares no âmbito municipal que são financiados pelo SUS; assim como não é papel da Fundação Hospital Frei Gabriel elaborar e implantar Procedimento Operacional Padrão (POP) para a atividade de autorização de AIH e sim da SMS segundo as normativas do SUS.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, a justificativa não foi acatada, uma vez que não foi suficiente para afastar a não conformidade apontada na constatação.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Recomendação: Realizar a designação formal do profissional autorizador de AIH vinculado a SMS de Frutal, bem como adotar medidas administrativas no sentido de exigir o cumprimento dos pré-requisitos previstos nas normativas do SUS para o exercício da função, conforme previsto no Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017, Itens 4.3 e 4.5 - Aprovado pela Portaria GM/MS no 396/2000, Artigos 1o e 2o; na Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.h e na Deliberação CIB-SUS/MG No 3.349/2021, Anexo Único, Inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 700473

Subgrupo: Assistência Ambulatorial

Item: Recursos Humanos

Constatação: Não existe profissional de nível superior da área da saúde formalmente designado para autorização de APAC.

Evidência: Foram verificadas Sínteses de Produção de APAC, da Unidade de Terapia Renal Fernando Mendonça de Castro (CNES 7107234), de nov./2024, dez./2024, jan./2025 e constatou-se que o número do Cartão Nacional de Saúde - CNS***401566962*** do autorizador corresponde ao CNS do médico C.R.S.

A SMS apresentou a cópia do CRM- MG nº **042/MG do profissional, bem como o Termo de posse em 18/06/2003 como médico clínico geral, com vínculo empregatício estatutário efetivo pela Prefeitura Municipal de Frutal; contudo não apresentou portaria de designação do profissional autorizador.

Em declaração a Gestora Municipal, confirmou a ausência de designação formal do responsável pela autorização de APAC.

Não foram apresentados comprovantes de treinamentos do profissional C.R.S, para aquisição de conhecimento das normas específicas dos procedimentos a serem autorizados.

Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/ SUS. Março/2010, Item 6.2.1, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Fonte da Evidência: Registro em Conselho de Classe (CRM MG **042).

Termo de posse do Sr. C.R.S. em 18/06/2003 como médico clínico geral, com vínculo empregatício estatutário efetivo pela Prefeitura Municipal de Frutal.

Consulta extraída do site do CRM-MG, em 22/04/25, em busca por médico, referente ao Sr. C.R.S., CRM nº**042-MG.

Termo de informação do Sr. C.R.S., autorizador de APAC, em 01/04/2025.

Termo de informação da Sra. G.P.N.B., Secretária de Saúde, em 01/04/2025.

Relatório do CNES - Módulo Profissional, consulta em 22/04/2025.

Síntese de produção de APAC do período de novembro e dezembro/2024, janeiro 2025 da Unidade de Terapia Renal Fernando Mendonça de Castro.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- O representante legal da pessoa jurídica e a pessoa física notificada, Sra. G.P.N.B não se manifestou.

2- A Sra. P.X.S.B., pessoa física notificada por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 324/2025, datado de 25/04/2025 justificou através do documento nominado Defesa ao Relatório Preliminar de Auditoria/Sistema Nacional de Auditoria do SUS Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, datado de 13/10/ 2025, no que tange a presente constatação informou que: O médico Dr. C.R.S. iniciou suas atividades como médico regulador em 2023, após o desligamento do profissional anteriormente credenciado. Ressalta-se que não houve ato formal de nomeação, uma vez que a estrutura administrativa vigente à época não previa o cargo de médico regulador, cuja criação estava prevista apenas para o novo Projeto de Lei da Estrutura Administrativa, a ser encaminhado no final de 2024. (Anexo, 14).

Análise da Justificativa: A manifestação apresentada, afirma que de fato que não houve ato formal de nomeação do profissional autorizador de APAC, e não foram apresentadas documentação no sentido de corrigir a irregularidade apontada. Dessa forma, reconhece a ocorrência da não conformidade

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, a justificativa não foi acatada, uma vez que não foi suficiente para afastar a não conformidade apontada na constatação.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Recomendação: Realizar a designação formal de profissional de Nível Superior da Área da Saúde para autorização de APAC, bem como adotar medidas administrativas no sentido de exigir o cumprimento das normas específicas dos procedimentos a serem autorizados, conforme previsto no Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, versão de março/2010, Item 6.2.1, aprovado pela Portaria GM/MS no 396/2000, art. 1º e 2º; na Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.h e na Deliberação CIB-SUS/MG no 3.349/2021, Anexo Único, Inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 700477

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Acesso/Atendimento à Demanda

Constatação: Não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

Evidência: De acordo com Termo de Informação da secretária municipal de saúde G.P.N.B datado de 01/04/2025, a SMS/Frutal não possui Comissão Municipal de TFD (Tratamento Fora de Município), formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde, a qual, segundo a legislação, deveria ser composta pelo Secretário Municipal de Saúde, um Médico, um Assistente Social e um funcionário responsável pelo TFD.

Não foram apresentados documentos que comprovem a existência de Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde, como: Ato de nomeação da Comissão ou de cada profissional para a função.

Estando em desacordo com Portaria de Consolidação nº 01/2022, Título II, Capítulo II, Art. 140; Manual de Procedimentos de TFD, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Normas Específicas, itens 1 e 2.2.

Fonte da Evidência: Termo de Informação da secretária municipal de saúde(G.P.N.B), datado de 01/04/2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- O representante legal da pessoa jurídica notificada, Sra. G.P.N.B não se manifestou.

2- Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 323/2025, datado em 1º de agosto de 2025 a Sra. G. P. N.B., Pessoa Física, foi notificada e não houve manifestação.

3- A Sra. P.X.S.B., pessoa física notificada por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 324/2025, datado de 25/04/2025 justificou através do documento nominado Defesa ao Relatório Preliminar de Auditoria/Sistema Nacional de Auditoria do SUS Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, datado de 13/10/ 2025, no que tange a presente constatação informou e apresentou cópia da Portaria nº 1004, de 11 de abril de 2022 (Anexo 15), que nomeou a equipe responsável pelo TFD.

Análise da Justificativa: A Comissão Municipal de TFD/Tratamento Fora do Domicílio, deverá ser instituída e formalizada pelo secretário municipal de saúde, com composição multiprofissional de servidores da área técnica. A inexistência da comissão compromete o processo relacionado aos encaminhamentos assistenciais a serem realizados através de TFD, ofertados aos usuários SUS através da PPI.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Foi apresentado pela Sra. P.X.S.B (PF), cópia da Portaria n.1004/Prefeitura Municipal de Frutal datada de 11/04/2022, constituindo e designando a equipe de Concessão de Tratamento Fora do Domicílio/TFD; conforme artigo 1º da portaria, foram designadas as servidoras F.M.P.M, J.F.L e S.M.S para a equipe do TFD municipal.

A referida portaria demonstra que a época da gestão da Sra. P.X.S.B, a equipe de TFD da SMS/Frutal, foi formalmente constituída.

Por fim, analisando o conjunto da manifestação apresentada pela pessoa física notificada, Sra. P.X.S.B , a equipe acata sua justificativa; porém a constatação permanecerá sem acatamento, uma vez que a SMS/Frutal não apresentou fatos e evidências documentais para demonstrar a correção da não conformidade detectada, e assim, afastá-la.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10 428.106/0001-44

Recomendação: Instituir e formalizar a Comissão Municipal de TFD no município de Frutal de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2022, Título II, Capítulo II, Art. 140.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10 428.106/0001-44

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 700478

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos.

Evidência: O Fundo Municipal de Saúde (FMS), foi instituído pela Lei Municipal nº 4.474, de 29 de novembro de 1993; alterada pela Lei Municipal nº 4.866, de 02 de novembro de 2001. O Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica própria (para fins meramente contábeis conforme Instrução Normativa RFB nº 748, de 28/07/2007); como receptor único de todos os recursos financeiros destinados a investimento e custeio para o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, no âmbito do Sistema Municipal de Saúde de Frutal/MG. Inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); em 29/11/1993, cujo cadastro recebeu o número 10.428.106/0001-44 (Matriz), com Código de Descrição da Natureza Jurídica 1333-3, Fundo Público da Administração Direta Municipal. Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022, (documento emitido em 02/04/2025). Lei Complementar nº 119, de 24 de julho de 2023 (LDO), Lei Complementar nº 121, de 05 de junho de 2024 (LDO), Lei Municipal nº 6.759, de 21 de dezembro de 2023, (LDO), estima a receita e fixa a despesa do Município de Frutal, para o exercício de 2024. A Lei Municipal nº 6.822, de 20 de dezembro de 2024 (LOA), estima a receita e fixa a despesa do Município de Frutal para o exercício de 2025. As Leis Municipais acima mencionadas, demonstram em seu bojo, (em especial as Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO), especificações os programas de trabalho, finalidade, identificação das receitas e despesas, bem como classificação orçamentária, para todos os programas desenvolvidos pela (SMS); cuja movimentação financeira ocorre através do Fundo Municipal de Saúde (FMS)). Em se tratando do Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD (2024-2025), estão consignados em seu bojo: ÓRGÃO 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL. UNIDADE 02.09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. UNIDADE 02.21 -



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS. Quantos às Notas de Empenho (analisadas por amostragem), referentes às despesas na área da saúde, seguem a mesma nomenclatura consignada no (QDD): ÓRGÃO 02 - MUNICÍPIO DE FRUTAL. UNIDADE 21 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

Tais fatos estão de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 14.

Fonte da Evidência: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - (CNPJ 10.428.106/0001-44), documento extraído em 02/04/2025);

Instrução Normativa RFB nº 748, de 28/07/2007).

Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022, (documento emitido em 02/04/2025).

Lei Municipal nº 4.474, de 29 de novembro de 1993; alterada pela Lei Municipal nº 4.866, de 02 de novembro de 2001.

Lei Complementar nº 119, de 24 de julho de 2023 (LDO).

Lei Complementar nº 121, de 05 de junho de 2024 (LDO).

Lei Municipal nº 6.759, de 21 de dezembro de 2023, (LDO).

Lei Municipal nº 6.822, de 20 de dezembro de 2024 (LOA).

Notas de Empenho dos meses de Outubro, Novembro, Dezembro/2024, e Janeiro de 2025:

013079, 13080, 13081, 13085, 13188, 13189, 13052, 10273, (10/10/2024); 11358 (14/10/2024); 6772, 6762, 6764, 6793, 6767, 9003, (23/10/2024); 013700 (24/10/2024); 015010, (28/11/2024); 15170, 15169, 15093, 15171, 15026, 15027, 1530 (29/11/2024); 15371, 15372, (10/12/2024); 15580, 15596 (11/12/2024); 137/2025, 138/2025, (02/01/2025); 416/2025, (06/01/2025).

Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD (2024-2025).

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 700479

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: Os recursos financeiros da contrapartida municipal são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde.

Evidência: Por meio do Ofício nº 09/0934/2025, emitido pela gerência da Caixa Econômica Federal agência 0934 da cidade de Frutal, em 18/03/2025, endereçado à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Frutal/MG; informa que a abertura, movimentação e vinculação da conta 0934.006.0000450-0, possui como titular o Fundo Municipal de Saúde - CNPJ 10.428.106/0001-44, e que a referida conta foi aberta em 18/01/2013 por iniciativa do próprio fundo, através de seus representantes legais a época.

Analisados por amostragem, extratos bancários referentes às Transferência Eletrônicas (TED), bem como extrato de Fundo de Investimento no mês de Novembro, Dezembro de 2024 e Janeiro de 2025, demonstram que a conta corrente da contra partida municipal está vinculada ao (FMS); agência 0934, Conta Corrente 0000450-0, Fundo Municipal de Saúde, Caixa Econômica Federal.

Analisados por amostragem, Empenhos emitidos no mês de (outubro/novembro/dezembro/2024 e janeiro/2025), restou demonstradas que as movimentações financeiras referentes aos processos de pagamentos do mesmo período, ocorreram na Conta Corrente 0000450-0, Fundo Municipal de Saúde, Caixa Econômica Federal.

Empenhos: 012541, (01/10/2024); 9097, 0133112, 013080, 013081, 01385, 01379, 013189, 013941, (10/10/2024); 013941, 013944, (31/10/2024); 9197 (05/11/2024); 014403, 04404, 014405, 014436, (18/11/2024); 15580 (11/12/2024); e 416/2025, (06/01/2025).

Tais fatos estão de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 2º, Parágrafo Único.

Fonte da Evidência: Ofício nº 09/0934/2025, emitido pela gerência da Caixa Econômica Federal agência 0934 da cidade de Frutal, em 18/03/2025.

Extratos bancários de Transferência Eletrônicas (TED), bem como extrato de Fundo de Investimento no mês de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Novembro, Dezembro de 2024 e Janeiro de 2025.

Empenhos: 012541, (01/10/2024); 9097, 0133112, 013080, 013081, 01385, 01379, 013189, 013941, (10/10/2024); 013941, 013944, (31/10/2024); 9197 (05/11/2024); 014403, 04404, 014405, 014436, (18/11/2024); 15580 (11/12/2024); e 416/2025, (06/01/2025).

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 700480

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: O Gestor Municipal de Saúde é o ordenador de despesas.

Evidência: A Secretária Municipal de Saúde e Gestora do SUS/Municipal; Sra. P.X.S.B., foi nomeada pelo Senhor Prefeito do Município de Frutal, por meio do Decreto Municipal nº 12.213, de 09 de fevereiro de 2022 e sua revogação ocorreu em 31 de dezembro de 2024, por meio do Decreto Municipal nº 13.420, de 2024.

Em 02 de janeiro de 2025, foi renomeada por meio do Decreto nº 13.434/2025, o qual foi revogado pelo Decreto nº 13.439, de 06 de janeiro de 2025.

Em 06 de janeiro de 2025, foi nomeada a atual Secretária, a Senhora G.P.N.B, por meio do Decreto Municipal nº 13.440, de 06 de janeiro de 2025.

Por amostragem, analisadas as Notas de Empenho e Liquidação referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2024 e janeiro de 2025, registram que a ordenadora de despesa e autorizadora de pagamentos relacionados a SMS, são feitos sob a rubrica da Senhora Secretária Municipal de Saúde como ordenadora das despesas.

Tal fato está de acordo com o Decreto-Lei nº 200/67, Artigo 80, § 1º; IN/DTN nº 10/1991; Lei nº 8.080/1990, Artigo 9º e Artigo 32, Parágrafo 2º.

Fonte da Evidência: Decreto Municipal nº 12.213, de 09 de fevereiro de 2022.

Decreto Municipal nº 13.420, de 2024. Em 02 de janeiro de 2025.

Decreto nº 13.434/2025.

Decreto nº 13.439, de 06 de janeiro de 2025.

Decreto Municipal nº 13.440, de 06 de janeiro de 2025.

Empenhos: 012541 (01/10/2024); 9097, 0133112, 013080, 013081, 01385, 01379, 013189, 013941, (10/10/2024). 013944, (31/10/2024); 9197 (05/11/2024).

014403, 014404, 014405, 014436 (18/11/2024).

15580 (11/12/2024).

416/2025 (06/01/2025).

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 700513

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: O Gestor Municipal de Saúde é o autorizador dos pagamentos do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Evidência: O Gestor Municipal é autorizador dos pagamentos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde, e consequentemente das despesas da Secretaria Municipal de Saúde.

Evidencia constatada através de análise das Notas de Empenho e Liquidação referentes aos meses de outubro, novembro, dezembro de 2024, e janeiro de 2025, (amostragem).

Autoriza, portanto os pagamentos das despesas realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Frutal.

Tal fato está de acordo com o Decreto Estadual nº 37924, de 16 de maio de 1996, Artigo 21. Lei nº 8.080/1990, Artigo 9º, inciso III, Artigo 32, § 2º.

Fonte da Evidência: Notas de Empenho e Liquidação referentes aos meses de outubro, novembro, dezembro de 2024, e janeiro de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



2025.

Empenhos e Liquidação: 012541, (01/10/2024).

9097, 0133112, 013080, 013081, 01385, 01379, 013389, 013941, (10/10/2024).

013944, (31/10/2024).

9197, (05/11/2024).

014403, 014404, 014405, 014436, (18/11/2024).

15580, (11/12/2024).

416/2025, (06/01/2025).

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 700514

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Gerenciamento

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde (SMS), não garante o acesso público às informações relativas à gestão dos recursos da saúde.

Evidência: Em consulta realizada em 25/04/2025, ao site Oficial - Portal da Transparência, do Município de Frutal/MG, no endereço: <https://www.frutal.mg.gov.br>, não foram disponibilizadas quaisquer informações relacionadas à gestão dos recursos financeiros destinados aos serviços e ações de saúde.

Tal fato está em desacordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Artigo 1º, 7º e 8º; Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, Artigo 48; e Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 31, Incisos I, II, III, e Parágrafo Único.

Fonte da Evidência: <https://www.frutal.mg.gov.br>, (consulta realizada em 25/04/2025).

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 322/2025, datado em 1º de agosto de 2025: a Sra. G. P. N. B., representante legal da Pessoa Jurídica (SMS), foi notificada em 11/08/2025, conforme AR BN 03292923 9 BR.

Não houve manifestação.

2. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 323/2025, datado em 1º de agosto de 2025: a Sra. G. P. N. B., Pessoa Física, foi notificada em 12/08/2025, conforme AR BN 03292924 2 BR.

Não houve manifestação.

3. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 324/2025, datado em 1º de agosto de 2025: a Sra. P. X. S. B., Pessoa Física, foi notificada em 13/08/2025, conforme AR BN 0329295 6 BR.

Apresentou defesa via e-mail auditoria.ura@saude.mg.gov.br, aos 13 dias do mês de outubro de 2025; nos seguintes termos: Constatação 700514 "Esclareço que o Portal da Transparência do Município de Frutal, disponível no endereço eletrônico www.frutal.mg.gov.br, mantém acesso público e atualizado às informações financeiras da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo receitas, despesas e demonstrativos orçamentários, conforme comprovam os prints anexos". Os referidos prints, encontram-se dispostos em pastas, cuja leitura de capa lê-se o seguinte: Relatórios, Balanços, Balancetes, LRF, Auditoria, SONCOFI RGF SINCONFI RREO; FUNDED, E Saúde: Emissão do Anexo XV da Saúde. Totalizando seis pastas. A defesa conclui: "Encaminho, em anexo, exemplo dos relatórios extraídos do Portal da Transparência do Município de Frutal, a fim de comprovar a publicidade e a acessibilidade das informações financeiras e administrativas da Secretaria Municipal de Saúde".

Análise da Justificativa: 1. e 2. Não houve manifestações acerca desta constatação (700514).

3. Os prints e manifestação escrita não foram suficientes para afastarem a não conformidade; uma vez que os prints, por si só não oferecem acessibilidade ao conteúdo. A questão tratada se refere a acessibilidade; a qual foi negada quando da consulta ao site www.frutal.mg.gov.br.

Negada a acessibilidade, com infringência da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Artigo 1º, 7º e 8º; Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, Artigo 48; e Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 31, Incisos I, II, III, e Parágrafo Único.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Recomendação: Recomenda-se ao Auditado a observância a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Artigo 1º, 7º e 8º; Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, Artigo 48; e Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 31, Incisos I, II, III, e Parágrafo Único.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 700518

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento PS

Item: Aprovado pelo Conselho

Constatação: O Plano Municipal de Saúde foi elaborado pela SMS, registrado no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Em consulta ao Sistema DigiSus no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>; aos 22 dias do mês de abril de 2025, consta a elaboração do Plano Municipal de Saúde, exercício 2022 a 2025; aprovado em 06/04/2023; em conformidade com a Ata de Reunião do (CMS), realizada em 28/03/2023; aprovado, portanto, o PMS.

Por meio da Resolução nº 01/2023, o Conselho Municipal de Saúde de Frutal aprova o PMS período 2022 - 2025, homologado em 28/03/2023.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, Parágrafo Único, Inciso I e Artigos 95 e 96, § 7º. Portaria de Consolidação nº 01/2017, Capítulo VII, Seção II, Artigo 435 e Artigo 436, Inciso I, a.

Fonte da Evidência: Consulta ao DIGISUS em 22/04/2025, o Plano Municipal de Saúde 2022-2025, no endereço:

<https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>;

Plano Municipal de Saúde - 2022 a 2025;

Ata de reunião do CMS de 28/03/2023;

Resolução nº 01, de 28/03/2023 do CMS.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 700519

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Programação Anual de Saúde

Constatação: A Programação Anual de Saúde foi elaborada pela SMS, registrada no DIGISUS e encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Em consulta ao Sistema DIGISUS no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>; realizada em 25/04/2025, verificou-se que a PAS 2025, foi elaborada pela SMS de Frutal, registrada no DIGISUS e aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme o registro na Resolução nº 06, de 04/06/2024.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Em Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 04/06/2024; registra a apreciação e aprovação da (PAS) do período de 2025; homologada em 04/06/2024.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, Parágrafo Único, Inciso I, e Artigos 95, 97, 98, Inciso I. Artigo 435, Artigo 436, Inciso I, b.

Fonte da Evidência: Programação Anual de Saúde, 2025.

Ata de reunião do CMS, em 04/06/2024.

Resolução nº 06, de 04/06/2024.

Consulta no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>; em 25/04/2025.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 700520

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento RAG

Item: Aprovado pelo Conselho

Constatação: O Relatório Anual de Gestão não foi elaborado pela SMS no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Em consulta ao Sistema DigiSus no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>; aos 23 dias do mês de abril de 2025; dispõe que o Relatório Anual de Gestão (RAG) do exercício de 2024, encontra-se em elaboração, na data de 04/04/2025. Desta forma o Relatório Anual de Gestão não foi enviado ao respectivo Conselho Municipal de Saúde até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira; para que o próprio Conselho Municipal emitisse parecer conclusivo, por meio do Sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento - DGMP.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I e Artigo 95 e 99, Caput e § 3º, Artigo 435 e Artigo 436, Inciso II, b; e com a Portaria de Consolidação nº 04/2017, Anexo III, Capítulo III, Artigo 15.

Fonte da Evidência: Consulta ao Sistema DigiSus no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>; aos 23 dias do mês de abril de 2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 322/2025, datado em 1º de agosto de 2025: a Sra. G. P. N. B., representante legal da Pessoa Jurídica (SMS), foi notificada em 11/08/2025, conforme AR BN 03292923 9 BR.

2. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 323/2025, datado em 1º de agosto de 2025: a Sra. G. P. N. B., Pessoa Física, foi notificada em 12/08/2025, conforme AR BN 03292924 2 BR.

1.2. A manifestação foi tão somente com juntada de documento via processo SEI nº 1320.010011530/2025-46, protocolo de nº (121656141), tratando-se de Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em treze (13) de maio de 2025, para apresentação do Relatório Anual de Gestão (RAG); protocolo nº (121645427) referente ao exercício financeiro de 2024; o qual foi apreciado e aprovado por unanimidade. Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada aos 4 (quatro) dias do mês de maio de 2024, para apreciação e aprovação do 1º RDQA de 2024; aprovado pelo (CMS), inserido no SEI cujo número de protocolo é (121645429).

3. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 324/2025, datado em 1º de agosto de 2025; a Sra. P. X. S. B., Pessoa Física, foi notificada em 13/08/2025, conforme AR BN 0329295 6 BR.

Apresentou defesa via e-mail auditoria.ura@saude.mg.gov.br; nos termos seguintes: Constatação nº 700520 "Esclareço que, no período de apresentação do relatório objeto desta constatação, eu já não exercia a função de gestora de saúde do município. assim, as informações ou eventuais omissões relacionadas ao período em questão não são de minha responsabilidade administrativa, tendo em vista que a gestão já se encontrava sob nova direção". Juntou documento extraído do site Sistema DigiSus no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>.

Análise da Justificativa: A manifestação 1 e 2 (PJ e PF (G. P. N. B.)), foi simplesmente documental, e a PF (P. X. S. B.), documental e escrita; as quais foram suficientes para afastarem a não conformidade apontada na constatação 700520. Portanto, as defesas apresentadas cumpriram com a regularização do fato perpetrado; ou seja a observância



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



da Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I e Artigo 95 e 99, Caput e § 3º, Artigo 435 e Artigo 436, Inciso II, b; e com a Portaria de Consolidação nº 04/2017, Anexo III, Capítulo III, Artigo 15.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10 428.106/0001-44

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 700521

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Os Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores foram elaborados pela SMS no DIGISUS; entretanto não foram encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde e apresentados à Casa Legislativa Municipal dentro dos prazos legais estabelecidos.

Evidência: Em consulta ao Sistema DigiSus aos 25 dias do mês de abril de 2025, no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>; consta que a SMS elaborou o 1º RDQA, avaliado em 19/06/2024; o 2º RDQA encontra-se em análise no CMS, em 30/09/2024, e o 3º RDQA; encontra-se em análise no CMS, em 04/04/2025.

Os RDQAs lançados no Sistema referem-se ao período de 2024.

Consta em Ata de Reunião Ordinária realizada pelo CMS, em 29/11/2024, apreciação e aprovação pelos membros por unanimidade, do 2º RDQA de 2024.

Há que se observar que não houve disponibilidade de documentos que mencionassem a apresentação/encaminhamento dos RDQAs à Casa Legislativa Municipal. Embora solicitado, por reiteradas vezes.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Artigo 100, Caput, e Artigos 435 e 436, Item II, a. Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 36, Caput, § 5º, e Artigo 41.

Fonte da Evidência: Consulta ao Sistema DigiSus em 25/04/2025, no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>.

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; realizada em 29/11/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 322/2025, datado em 1º de agosto de 2025: a Sra. G. P. N. B., representante legal da Pessoa Jurídica (SMS), foi notificada em 11/08/2025, conforme AR BN 03292923 9 BR.

2. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 323/2025, datado em 1º de agosto de 2025: a Sra. G. P. N. B., Pessoa Física, foi notificada em 12/08/2025, conforme AR BN 03292924 2 BR.

1 e 2 Pessoa Jurídica e Pessoa Física (G. P. N. B). Houve manifestação com juntada de documento no processo SEI 1320.010011530/2025-46, sob o número de protocolo (121645427). São eles: 1º RDQA de 2024 aprovado em 31/12/2024, 2º RDQA de 2024, avaliado em 27/05/2025; 3º RDQA de 2024 avaliado em 27/05/2025, e por derradeiro o (RAG) de 2024, aprovado em 27/05/2025.

3. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 324/2025, datado em 1º de agosto de 2025: a Sra. P.. X. S. B., Pessoa Física, foi notificada em 13/08/2025, conforme AR BN 0329295 6 BR.

Apresentou defesa via e-mail, no endereço: auditoria.ura@saude.mg.gov.br, aos 13 dias do mês de outubro de 2025; nos termos seguintes: Constatação nº 700521 "Informo que, durante a minha gestão, os Relatórios Quadrimestrais Detalhados (RQDAs) eram apresentados regularmente a cada quatro meses na Casa Legislativa Municipal, em conformidade com as exigências legais da Lei Complementar nº 141/2012. Essas apresentações eram abertas ao público em geral e amplamente divulgadas, sendo inclusive transmitidas em tem real pelos canais oficiais da Prefeitura Municipal



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de Frutal e da Câmara Municipal no You Tube, conforme print anexo". O print mencionado denota uma imagem feminina, com microfone em uma das mãos e na outra segurando um papel, em posição de leitura do referido documento. E conclui: "Adicionalmente, foi deixada na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) uma pasta contendo todos os RQDAs apresentados, bem como as atas das sessões, lavradas e assinadas pelo Controle Interno do Município e demais participantes, conforme modelo de ata encaminhado em (anexo 16) para fins de comprovação. Destaco quaisquer outros solicitações de acesso aos RQDAs e atas podem ser formalmente requeridas junto à Secretaria Municipal de Saúde ou ao Setor de Controle Interno do Município, órgão que detém guarda oficial desse documentos."

Os documentos arrolados pela defesa são: Ata de Audiência Pública da Prestação de Contas do 2º Quadrimestre do Município de Frutal - MG, relativo ao exercício de 2024 realizada em (27/09/2024); e documento extraído do site Consulta ao Sistema DigiSus em 25/04/2025, no endereço: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>.

Análise da Justificativa: 1. 2.

A argumentação apresentada pela defesa não foi suficiente para afastar a não conformidade, e os documentos juntados são os mesmos analisados na fase de elaboração do Relatório Preliminar, portanto não houve juntada de documento comprobatório de envio dos (RDQAs) ao Conselho Municipal de Saúde. Assim sendo, os documento que foram juntados não possuem o condão de afastar a não conformidade apontada na evidência.

Em relação à defesa 3, (P. X. S. B); sua justificativa e documentos foram suficientes para eximi-la da responsabilidade, concernente à irregularidade apontada na evidência.

A questão está relacionada aos Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores elaborados pela SMS no DIGISUS; os quais não foram encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde e apresentados à Casa Legislativa Municipal dentro dos prazos legais estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Artigo 100, Caput, e Artigos 435 e 436, Item II, a. Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 36, Caput, § 5º, e Artigo 41. Ocorreu, portanto, infringência à Legislação mencionada.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10 428.106/0001-44

Recomendação: Recomenda-se ao Auditado observar a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Artigo 100, Caput, e Artigos 435 e 436, Item II, a. Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 36, Caput, § 5º, e Artigo 41.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10 428.106/0001-44

Grupo: Regulação Constatação Nº: 706310

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Cadastro

Constatação: A SMS não mantém atualizado no CNES os dados cadastrais da Fundação Hospital Frei Gabriel.

Evidência: Em consulta ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do município de Frutal, verifica-se o cadastro de dois hospitais com números de CNES e CNPJ distintos, porém no mesmo endereço.

A Fundação Hospital Frei Gabriel(FHFG) está cadastrada com número 9112995, CNPJ 07.0889.243/0001-71, natureza jurídica Administração Pública, tipo de estabelecimento hospital geral com gestão municipal, com endereço na Av.Brasília



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



n.333, Bairro Jardim das Laranjeiras, no município de Frutal.

No CNES, consta a informação referente a última atualização do cadastro, realizada em 07/08/2018. O cadastro da fundação foi desativado considerando que, de acordo com a Portaria SAS n.118/2014, os estabelecimentos de saúde que estejam há mais de 6(seis) sem atualização cadastral, são automaticamente desativados. Na ficha de Estabelecimentos de Saúde, no campo mantenedora não consta resultado para a consulta realizada.

De acordo com o estatuto da fundação datado de 12/04/2023, a mesma foi instituída pela Prefeitura Municipal de Frutal, Assistência Social Pio X e Hospital São Francisco de Assis, com autorização da Câmara Municipal de Frutal. Quando a fundação foi instituída geriu o Hospital São Francisco até sua desativação e criação do Hospital Municipal Frei Gabriel, o qual passou por várias gestões de Organizações Sociais(OS).

Em fevereiro de 2023, a fundação retoma a gestão do Hospital Municipal Frei Gabriel, porém não foi regularizado o CNES da fundação, sendo utilizado o CNES do Hospital Municipal Frei Gabriel número 2098539 para faturamento da produção hospitalar.

Nos espelhos das AIHs faturadas nas competências dos meses de dezembro de 2024, janeiro e fevereiro de 2025, verifica-se o registro do número do CNES do Hospital Municipal Frei Gabriel.

De acordo com informações do CNES, o Hospital Municipal Frei Gabriel foi cadastrado em 30/10/2001 e constam os seguintes registros: nome fantasia/Hospital Municipal Frei Gabriel; nome empresarial/Prefeitura Municipal de Frutal; natureza jurídica/Administração Pública;tipo de estabelecimento/Hospital Geral; dependência/Mantida e gestão municipal.

Em consulta a ficha de estabelecimentos de saúde do HMFG consta a Prefeitura Municipal de Frutal com CNPJ 18.449.132.00001-60 como mantenedora e não a fundação.

Estando em desacordo com a Portaria de Consolidação n.01 de 28/09/17-Título VII,Capítulo Seção III- Do Processo de Cadastramento e Manutenção ou Atualização Cadastral,art.370; Portaria de Consolidação SAES/MS n 1/2022, Seção I, Subseção III, art.198 § 4º; Portaria SAS n.118/2014; Portaria MS/SAS n.423 de 24/06/2002/AENXO, itens 2.2 e 2.3- Quadro de atribuições e Responsabilidades dos gestores do SUS, ordem 003.

Fonte da Evidência: Relatório CNES da Fundação Hospital Frei Gabriel n. 9112995 extraído do <https://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>;
Relatório CNES do Hospital Municipal Frei Gabriel n.2098539 extraído do <https://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>;
Cópia de espelhos de AIHs dos meses de dezembro/2024, janeiro e fevereiro de 2025;
Cópia do Estatuto da Fundação Frei Gabriel, datado de 12/04/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- O representante legal da pessoa jurídica notificada e a pessoa física notificada, Sra. G.P.N.B não se manifestaram.

2- O Sra. P.X.S.B., pessoa física notificada por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 324/2025, datado de 25/04/2025 justificou através do documento nominado Defesa ao Relatório Preliminar de Auditoria/Sistema Nacional de Auditoria do SUS Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, datado de 13/10/ 2025, no que tange a presente constatação informou que: No que tange à reativação da Fundação Hospital Frei Gabriel, esclareço que todoo processo de reativação foi conduzido administrativa e diretamente pela Prefeitura Municipal de Frutal, sem minha participação prévia na decisão. Fui apenas comunicada da medida após sua deliberação. Dessa forma, a inconsistência posteriormente verificada passou despercebida naquele momento, sendo identificada apenas no final do exercício de 2024, ocasião em que solicitei à assessoria técnica da empresa Result orientações sobre as medidas corretivas cabíveis.

A consultora Sra. L., responsável pelo assessoramento, orientou que a correção fosse realizada apenas após o encerramento do exercício de 2024, considerando as prestações de contas em andamento e o recebimento de recursos vinculados, de modo a evitar inconsistências contábeis e administrativas no período. Durante o processo de transição de gestão, comuniquei formalmente à nova administração e à servidora responsável pela alimentação do CNES, Sra. E.,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



sobre a existência da inconsistência e a necessidade de sua correção no início do exercício de 2025. Desde então, não teve retorno quanto à regularização definitiva da situação.

Análise da Justificativa: Na justificativa apresentada pela Sra.P.X.S.B, não foi anexada documentação que comprove o relato da mesma, referente a comunicação formal sobre a existência da inconsistência e a necessidade de correção do CNES.Verificado pela equipe no site do cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/ficha/identificacao/3127102098539, que a inconsistência apontada permanece tal seja: CNES 2098539/Hospital Municipal Frei Gabriel (desativado) e CNES 9112995/Fundação Hospital Frei Gabriel, ambos com o mesmo endereço e número(Av. Brasília n.333). Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

Recomendação: Atualizar e regularizar o CNES dos estabelecimentos de saúde sob sua gestão,em especial a situação apresentada pela Fundação Hospital Frei Gabriel, em conformidade com a Portaria de Consolidação n.01 de 28/09/17-Título VII,Capítulo Seção III- Do Processo de Cadastramento e Manutenção ou Atualização Cadastral,art.370; Portaria de Consolidação SAES/MS n 1/2022, Seção I, Subceção III, art.198 § 4º; Portaria SAS n.118/2014; Portaria MS/SAS n.423 de 24/06/2002/AENXO, itens 2.2 e 2.3-Quadro de atribuições e Responsabilidades dos gestores do SUS, ordem 003.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTAL - FMS FRUTAL	10.428.106/0001-44

VII - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 04/08/2025

Ofício Nº: 3222025

Data: 04/08/2025

VIII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 322/2025, de 01/08/2025, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria nº 767 à Secretaria Municipal de Saúde de Frutal, para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 11/08/2025, conforme Aviso de Recebimento dos Correios anexo ao processo de auditoria. Foi também encaminhado um Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 323/2025 e outro Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 324/2025 de 01/08/2025, juntamente com os Relatórios Preliminares, respectivamente, a Sra. G.P.N.B. e Sra. P.X.S.B. (pessoas físicas responsabilizável à época dos fatos), para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido, nos dias 12 e 14/08/2025, conforme Aviso de Recebimento dos Correios.

Por meio dos Ofícios nº 217 e 218 de 19/08/2025 e Ofício nº 226 de 29/08/2025; a Sra. G.P.N.B. representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Frutal, apresentou manifestação em 1ª instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria. Essa manifestação foi analisada pela equipe responsável pela auditoria.

A Sra. G.P.N.B. (pessoa física) não apresentou manifestação.

A Sra. P.X.S.B. (pessoa física) enviou por e-mail em 13/09/2025 solicitação de dilação de prazo por 30 dias para apresentação das



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



justificativas das constatações não conformes apontadas no Relatório Preliminar que foi concedido pela equipe de auditores por meio do Ofício SES/URS URA -ARAS/SUS/MG nº 01/2025 em 15/09/2025. A mesma encaminhou por e-mail em 13/09/2025 a manifestação do Relatório Preliminar.

O Relatório Final de Auditoria foi elaborado e será encaminhado à pessoa jurídica, bem como às pessoas físicas responsáveis.

IX - CONCLUSÃO

A auditoria na Secretaria Municipal de Saúde de Frutal foi realizada de acordo com o Regulamento do Sistema de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde, aprovado pela Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011.

Transcorridas todas as etapas do processo de auditoria, a equipe concluiu que os objetivos foram alcançados, com a verificação e detecção de: - Inexistência do Componente Municipal de Auditoria; - Falhas na estruturação e funcionamento do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação (SCRA), a saber: Ausência de implantação de protocolos de regulação de acesso; falta de capacitação permanente das equipes das unidades de saúde, pelo SCRA, bem como dos profissionais do SCRA; falhas na execução do controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território; falta de revisão periódica da PPI, além de inexistência da Comissão Municipal responsável pelo TFD; ausência de designação formal de médicos autorizadores de AIH e APAC.

Não foram verificadas irregularidades na organização do Fundo Municipal de Saúde.

A SMS não garante o acesso público as informações relativas à gestão dos recursos de saúde, assim como não mantém atualizado os dados cadastrais no CNES da fundação Hospital Frei Gabriel.

A SMS de Frutal e a pessoa física P.X.S.B. apresentaram manifestação parcial em 1ª Instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria. Essa manifestação foi analisada pela equipe responsável pela auditoria e emitido Relatório Final de Auditoria contendo as recomendações decorrentes das não conformidades identificadas.

Também é necessário salientar que algumas manifestações do auditado demonstraram um entendimento equivocado das competências do Componente Municipal de Auditoria e confusão em relação a diferença entre o Componente Municipal de Auditoria e o Serviço de Controle, Regulação e Avaliação e Autorizador de AIH. É importante que a gestão tenha esclarecimento das atribuições distintas desses setores, pois se as ações corretivas das não conformidades forem implementadas equivocadamente, haverá interferência direta na estruturação insatisfatória de ambos os serviços.

Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde mantenha a observância aos preceitos legais, com vistas à garantia da qualidade da atenção prestada aos usuários do SUS.

O processo administrativo de auditoria será encerrado e a AUDSUS providenciará, no que couber, o encaminhamento de suas conclusões às áreas técnicas da SES-MG, bem como às autoridades e órgãos de controle, conforme determinação legal.

ENCAMINHAMENTOS :

No encerramento do processo administrativo de auditoria, os seus resultados serão comunicados:

- 1- Ao Conselho Municipal de Saúde de Frutal;
- 2- À Superintendência Regional de Saúde de Uberaba.